



ANO 2 - NÚMERO 24 - OUTUBRO 2016

Xapuri

R\$ 10

EDIÇÃO DE ANIVERSÁRIO

ECOLOGIA

O stress do rio São Francisco

p. 22

ECOTURISMO

Os bons ares de Cavalcante

p. 32

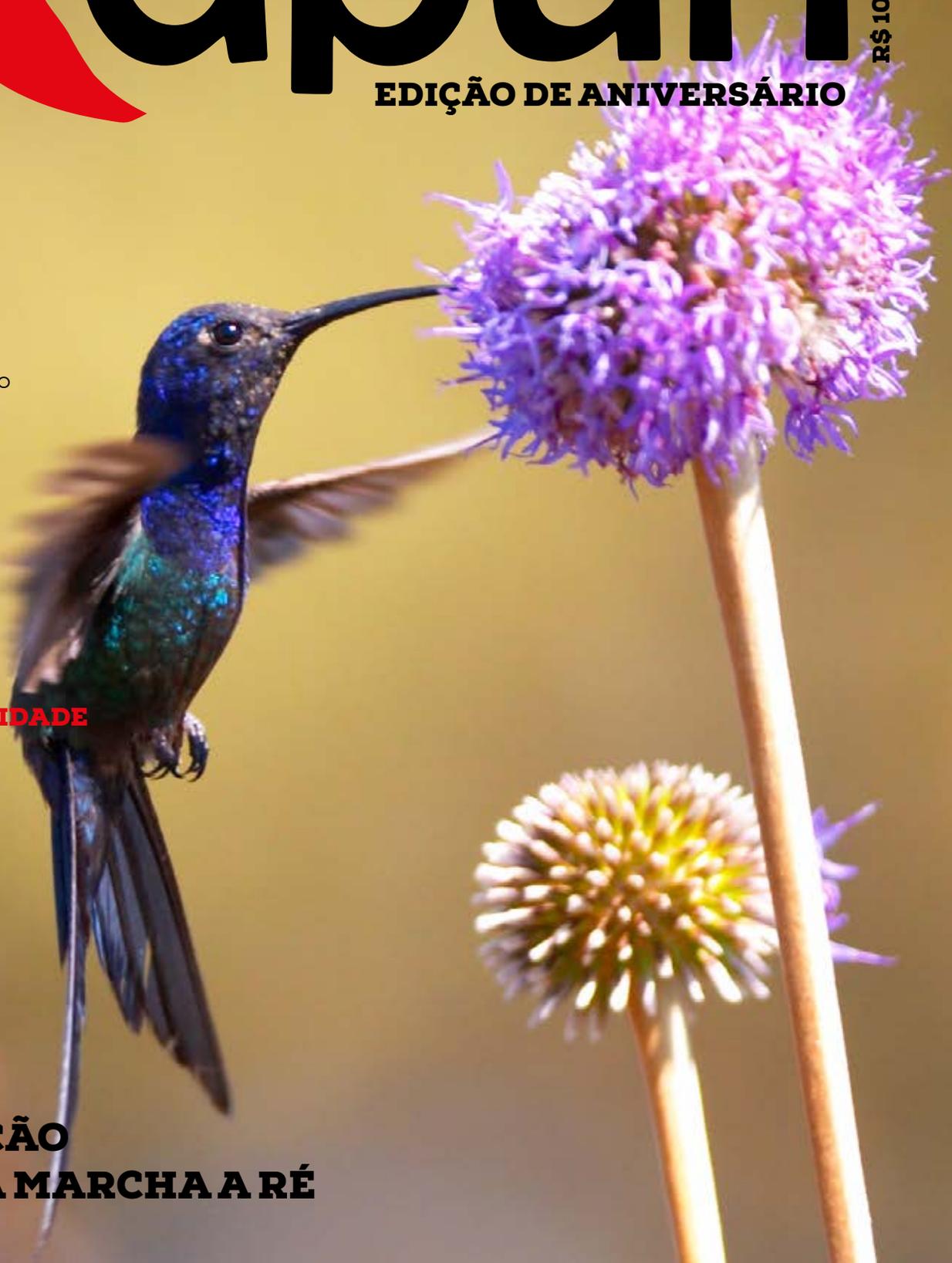
SUSTENTABILIDADE

Convivialidade:
uma virtude que nos falta

p. 49

EDUCAÇÃO ENGATA MARCHA A RÉ

p. 10





*"Lutam melhor os que têm belos sonhos."
Seguir sonhando. Seguir lutando!*

www.xapuri.info



“ **Liberdade essa palavra,
que o sonho humano alimenta:
que não há ninguém que explique,
e ninguém que não entenda.** ”

Cecília Meireles , em Romanceiro
da Inconfidência, 1953.

COLABORADORES/COLABORADORAS OUTUBRO

Altair Sales Barbosa – Arqueólogo. Antropólogo. Antenor Pinheiro – Jornalista. Educador. Daniel Santos – Fotógrafo. Eduardo Henrique de Sá Júnior – Administrador da página Viva Caatinga. Estudante de Agronomia. Fotógrafo. Eduardo Pereira – Fotógrafo. Guilherme Cobelo – Historiador. Músico e fotógrafo. Evandro Valentim de Melo – Escritor. Paulo Sérgio Cavalcante – Escritor. Jacy Afonso – Sindicalista. Jaime Sautchuk – Jornalista. Leonardo Boff – Escritor e Teólogo. Lúcia Resende – Professora. Nara Serra – Fotógrafa. Renata Queiroz Dutra – Professora. Servidora da Justiça do Trabalho. Rica Perrone – Jornalista. Fotógrafa. Trajano Jardim – Jornalista. Zezé Weiss – Jornalista.

CONSELHO EDITORIAL

- | | |
|-------------------------|----------------------|
| 1. Jaime Sautchuk | 8. Juan Pratginestòs |
| 2. Zezé Weiss | 9. Elson Martins |
| 3. Altair Sales Barbosa | 10. Neusimar Coelho |
| 4. Binho Marques | 11. Ronei Alves |
| 6. Graça Fleury | 13. Ieda Vilas-Bôas |
| 7. Jacy Afonso | 14. Trajano Jardim |



EXPEDIENTE

Xapuri Socioambiental
Telefone: (061) 9974-3761. E-mail: contato@xapuri.info. Razão Social: Xapuri Socioambiental Comunicação e Projetos Ltda. CNPJ: 10.417.786/0001-09. Endereço: BR 020 KM 09 – Setor Village – Caixa Postal 59 – CEP: 73.801-970 – Formosa, Goiás. Atendimento: Zezé Weiss (61) 9974-3761; Eduardo Pereira (61) 9829-1020. Edição: Jaime Sautchuk (61) 9926-0445 e Zezé Weiss (61) 9974 3761. Capa: Foto Rogério Alves/TV Senado; Revisão de Textos: Lúcia Resende, Zezé Weiss e Thais Maria Pires – Jornalista. Revisão de design: Eduardo Pereira. Produção: Zezé Weiss. Jornalista Responsável: Thais Maria Pires - 386/GO. Menor Aprendiz: Ana Beatriz Fonseca Martins – auxiliar de serviços administrativos. Tiragem: 20.000 exemplares. Mídias Sociais: Eduardo Pereira – Produtor Cultural. Circulação: Revista Impressa – Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, São Paulo, Sergipe, Tocantins. Revista Web – Todo o território nacional. ISSN 2359-053x.

É

com imensa alegria que a equipe de Xapuri vem conversar com aqueles que nos leem nesta 24ª edição da revista. Afinal, são dois anos de uma publicação independente, voltada ao campo socioambiental, mas preocupada com o Brasil.

Por certo teremos cometido erros nesse período, que esperamos tenham sido pequenos e por eles pedimos desculpas. De igual modo, contudo, supomos que tenhamos trazido ao debate muitos temas de largo interesse e belas imagens saborosas ao nosso olhar.

Nosso jeito de trabalhar é, ao mesmo tempo, simples e audacioso. Temos viajado dos mais humildes rincões de nosso País aos mais altos senões do Universo, mergulhando na vida que vivemos e vasculhando aquelas que imaginamos existir.

Nos orgulhamos de sermos diferentes da grande mídia ao abordarmos nuances de nosso existir. Queremos saber o destino reservado ao Planeta, a partir do estrago que já fizemos.

Revelamos como andam nossos biomas, com sua fauna, flora, subsolo, mares e rios. E a vida nas cidades, onde o automóvel é o rei.

Mas desvendamos nossas belezas naturais, festas populares, manifestações culturais de todos os moldes e a farta culinária, especialmente do Brasil Central.

São dois anos, pois, que batemos nessas teclas. O número de leitores, nossos parceiros, aumenta mês a mês tanto no meio virtual, na Internet, como no físico, em papel reciclado. Contudo, queremos mais.

Assim, quem quiser nos agradecer com um presente de aniversário, dê uma assinatura da revista a uma pessoa amiga. Ou simplesmente divulgue nosso site a possíveis leitores.

E fique conosco!

Zezé Weiss e Jaime Sautchuk

Editores



#OutubroRosa

Nós fazemos a Xapuri acontecer. Você, com sua assinatura, faz a Xapuri continuar acontecendo!

ASSINATURA
ANUAL
12 EDIÇÕES

R\$ **99,00**

ASSINE JÁ!
WWW.XAPURLINFO/ASSINE

Xapuri **24** OUT 16 SOCIOAMBIENTAL

09 **VOCÊ SABIA?**

24 **LITERATURA**
Aventura na floresta

10 **CAPA**
Educação dá marcha a ré

28 **GASTRONOMIA**
Brevidade - bolo de avó

20 **CIDADANIA**
Cultura como política de Estado:
Construindo cidadania

40 **HISTÓRIA SOCIAL**
Romaria de Carros de Bois de
Trindade - Bem cultural do Brasil

Xapuri - Palavra herdada do extinto povo indígena Chapurys, que habitou as terras banhadas pelo Rio Acre, na região onde hoje se encontra o município acreano de Xapuri. Significa: "Rio antes", ou o que vem antes, o princípio das coisas.

Boas-Vindas!

15 **BIODIVERSIDADE**
A seriema na Caatinga

36 **EDUCAÇÃO**
Retrocesso na educação: Governo Federal cria *apartheid* social e Seduce privatiza ensino

16 **BRASÍLIA**
O spray-ritualismo de Gurulino

39 **UNIVERSO FEMININO**
A corrida para "pegar a hora"

19 **NATUREZA**
O poder das flores

44 **PERFIL**
Tite: O mago do futebol

22 **ECOLOGIA**
O stress do rio São Francisco

46 **URBANIDADE**
Plano metropolitano:
Inovação no enfrentamento da violência no trânsito

32 **ECOTURISMO**
Os bons ares de Cavalcante

48 **SUSTENTABILIDADE**
Convivialidade: uma
virtude que nos falta

35 **MITOS E LENDAS**
A lenda do Carbúnculo

50 **MEMÓRIA**
Verdades da profissão de professor



Mensagens pra Xapuri

contato@xapuri.info

VOCÊ SABIA?



Ieda (Vilas-Boas), sou amante dos seus livros e dos seus artigos na revista Xapuri. Comecei a acompanhar a Xapuri on-line, pois tinha vergonha de pedir aos meus pais uma assinatura. Ontem fui à casa de minha avó e recebi a revista que você me mandou de presente. Nossa, nem conseguia ler direito. Obrigado! Resolvi tomar coragem e pedir aos meus pais uma assinatura. Eles disseram que vão pensar! **Arthur Wentz – 11 anos – Formosa – Goiás**



Um segundo aniversário é mais que motivo para agradecer e pedir que a Xapuri se consolide e se desenvolva. Quero abraçar os craques que tocam a Xapuri, especialmente Zezé Weiss, Jaime Sautchuk e Lúcia Resende. As pautas, as matérias e a produção visual são extremamente criativas e o conteúdo não tem paralelo nas publicações existentes. Parabéns e obrigado. **Fernando Tolentino – Brasília – Distrito Federal.**

Que bom contar com veículos de comunicação que primam pela ética e se propõem a corrigir seus equívocos. Obrigado por terem explicado o porquê da falta de créditos da imagem e terem resolvido o mal-entendido. Boa sorte... e ganharam mais um seguidor! **Murilo Silva – São Paulo – São Paulo.**

ERRAMOS: As fotos da matéria *Cavernas do Cerrado*, publicadas da revista Xapuri do mês de setembro de 2016 são de Augusto Baiocchi e Flávio Clímaco.



OS PAMPAS GAÚCHOS

- Os campos do Rio Grande do Sul são chamados de pampas gaúchos, na região da Campanha. O bioma formado por esses campos, que se estendem também por Uruguai e Argentina, é denominado Pampa.
- Os campos situados no Planalto gaúcho e catarinense recebem o nome de Campos-de-Cima-da-Serra.
- A região coberta pelos campos sulinos apresenta clima subtropical, com temperaturas amenas e chuvas regulares, sem grande alteração durante o ano.
- A mata das araucárias ou pinheiros-do-paraná, de porte alto e copa em forma de prato, estendia-se do sul de Minas Gerais e São Paulo até o Rio Grande do Sul, formando cerca de 100 mil km² de matas de pinhais.
- A vegetação herbácea dos campos varia entre 10 e 50 cm de altura.
- A área total dos campos é de mais de 210 mil km².

As imagens mais populares da @revistaXapuri

@jeanscortegagna

@photosbyzalete

@claudiagssousa



Marque suas melhores fotos do Instagram com a hashtag

#revistaxapuri

Sua foto pode aparecer AQUI!



EDUCAÇÃO ENGATA MARCHA A RÉ

Jaime Sautchuk

A proposta do Palácio do Planalto de mudanças na Educação é uma volta ao eterno feijão com arroz, bem ao gosto da elite conservadora brasileira, que defende um povo que trabalhe muito e saiba pouco. Um pacote do Executivo e várias propostas lançadas no Congresso Nacional interferem com força no conteúdo dos ensinamentos médio e fundamental.

Trazem como novidades alguns modelos, como o horário integral, há muito já implantados por iniciativa de prefeituras e governos estaduais. A nova proposta, porém, aponta ao enquadramento das aulas e outras atividades da escola ao ensino técnico, pra formação profissionalizante, focada em áreas específicas.

E se arvora na implantação de um ensino "sem partido", que na prática é conter a área de Ciências Humanas, que incluem História, Filosofia, Meio Ambiente e Artes, entre tantas. Na prática, o que está sendo proposto é que essas disciplinas passem a ser opcionais, e não se criam mecanismos pra que sejam disponibilizadas aos

alunos.

Também tornam opcional a Educação Física, ignorando o fato de que o pífio resultado obtido pelo Brasil nas recentes Olimpíadas, por exemplo, é decorrente da precária formação de atletas. E a iniciação desses deve se dar justamente lá, na escola formal, pra depois seguir na formação específica, quando for o caso. Ademais, o preparo físico, por si só, já faz parte da forja da cidadania.

Mas esses são, digamos, alguns detalhes de um processo que no seu conjunto quer colocar em segundo plano a Educação de qualidade. Não trata da formação e remuneração de professores, nem da aferição de resultados. Nos níveis básico e médio, a União entra com o dinheiro e a cartilha de conteúdo, com rígido controle. Os estados e municípios fazem o que puderem, e fica por isso mesmo.

MORAL E CÍVICA

Na calada da noite, em meio a uma série de votações, no início de setembro, quase

ia passando despercebido na Câmara Federal um Projeto de Lei que trata do chamado "ensino sem partido". É originário de um movimento nacional que leva este nome e já conseguiu transformar esse modelo em lei em vários municípios do país e no estado de Alagoas.

O caso alagoano foi bater no Supremo Tribunal Federal (STF), que chegou à conclusão de que essa lei estadual não poderá ser implementada. É inconstitucional, já que compete à União promover mudanças na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que é o caso.

Assim, principalmente a partir do ano passado, brotaram vários projetos na Câmara e Senado, todos inspirados pelo Movimento Escola Sem Partido, cujos preceitos básicos são esses:

1. O professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos para promover seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias.
2. O professor não favorecerá ou prejudicará os seus alunos

em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas.

3. O professor não fará política-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas.
4. Ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade – as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito.
5. O professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que estejam de acordo com suas próprias convicções.
6. O Professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de terceiros, dentro da sala de aula.

No plano federal, portanto, esses projetos também são inconstitucionais, já que ferem frontalmente o Artigo 206 da Constituição Federal, que trata da liberdade de expressão no ambiente escolar.

Entidades de professores de todo País e especialistas de universidades se manifestaram contra os projetos, que são tratados como "lei da mordaza". Com a agravante de que essas propostas em nenhum momento falam da formação e qualificação.

Em verdade, o projeto relembra a matéria Educação Moral e Cívica, que no período da ditadura militar (1964/85) era obrigatória nas escolas. Seu conteúdo era repassado em livros e cartilhas produzidos pelo Ministério da Educação,



com forte conotação ideológica fascista, inculcando nos alunos conceitos preconceituosos, em defesa da ordem política, social e econômica em vigor à época.

Eu mesmo, na 4ª série do ginásio do Colégio Tiradentes, em Curitiba (PR), fui fortemente assediado pelo professor de Moral e Cívica. Ele queria que eu ingressasse na Tradição, Família e Propriedade (TFP), entidade de cunho nazifascista que ainda hoje existe. Chegou a me levar a uma sede da entidade.

Fui forçado a dizer a ele que eu participava de manifestações estudantis de rua, contrárias ao regime, e por isso passei a ser perseguido e humilhado.

Ele chegou a pedir minha expulsão da escola, alegando “displícência e incitação à revolta”. Mas uma professora de História do Brasil intercedeu em meu favor e convenceu a diretora daquela escola pública de que não seria o caso.

Em outra atividade, porém, o governo ditatorial deu um tiro no pé, naquele período. Foi criado o Projeto Rondon, que obrigava os alunos de universidades a passarem uma parte do curso de graduação em campus avançados no interior do País. Só que o contato com a realidade brasileira tinha efeito inverso, provocando revolta e indignação na juventude.

ENSINO TÉCNICO

A determinação do governo federal quanto ao ensino médio, agora, é contraditória. Defende o ensino técnico direcionado às atividades econômicas de cada região. Mas retira dessa formação qualquer conteúdo humanista. Ou seja, é produzir mão-de-obra específica a esta ou aquela atividade econômica, que se lasque o cidadão ou cidadã.

Esta é uma proposta que já

veio carimbada, não passou por debate algum, nem levou em conta o enorme acervo sobre o tema que existe nas universidades e no próprio Congresso Nacional.

Quem vem elaborando essas medidas é o mesmo grupo que já tem armado truques na área desde há muito, segundo informa o filósofo Vladimir Safatle, em artigo no jornal Folha de São Paulo. Passam longe do preceito constitucional do ensino público, geral e gratuito.

“Não é de admirar que a verdadeira equipe que produziu este projeto seja composta por ‘especialistas’ que trabalham há décadas nos governos FHC, em Brasília, sob a batuta do ilibado José Arruda, e nos governos tucanos de São Paulo, com resultados pífios e medíocres”, afirma Safatle.

O ensino médio proposto pela PEC do atual governo de exceção passa longe das antigas escolas técnicas federais. Estas foram criadas ainda na Velha República e incrementadas após a Revolução de 30, nos governos de Getúlio Vargas. Mas tinham uma formação acadêmica, com ensino verdadeiramente integral. Não formava apenas apertadores de parafusos.

E há casos mais recentes, mas também históricos, como o dos Cieps no do Rio de Janeiro, criados pelo educador Darcy Ribeiro, nos governos de Leonel Brizola naquele estado. Os Centros Integrados de Educação Pública (Cieps) acolhiam mil alunos de primeiro e segundo graus das 8h da manhã às 17h, com ensino específico, várias refeições e atividades de artes e esportes no restante do horário.

Os prédios escolares, ainda hoje em uso, mas de modo convencional, foram projetados pelo arquiteto Oscar Niemayer, com formas bastante integradas



aos ambientes de suas localidades. O próprio espaço físico ensejava a convivência livre, inclusive o debate solto de assuntos do dia a dia, agora contidos pela legislação que está sendo imposta.

Contudo, poderíamos citar dezenas de municípios, do Caburaí ao Chui, que hoje mantêm ensino integral em suas escolas. Em todas elas, porém, o ensino é mesclado com atividades lúdicas e debates sobre as realidades locais. Chega a ser difícil entender como o atual governo pretende manter o ensino integral sem liberdade de expressão.

DINHEIRO POUCO

Além do mais, a proposta do governo se encaixa também no projeto de limitação dos gastos públicos, que atinge

principalmente a área social. Aos ministérios, inclusive o MEC, por exemplo, está sendo implantado um limite de gastos por vinte anos. E nem leva em conta o crescimento da população, que é de três milhões de pessoas por ano.

Inclui até mesmo um novo modelo de remuneração de professores. Prevê a contratação de pessoas não licenciadas, a título de “contratos temporários”, certamente habilitadas apenas à repetição das cartilhas oficiais. Um regresso brutal no sistema de ensino.



Jaime Sautchuk
Jornalista. Escritor

ENTREGA DO PRÉ-SAL A MULTINACIONAIS É GRANDE RETROCESSO



Na luta em defesa do patrimônio público e das empresas estatais, o Sindicato dos Bancários de Brasília vê com extrema preocupação e se posiciona contrariamente à aprovação, pela Câmara dos Deputados, do projeto de lei que acaba com a participação obrigatória da Petrobras como sócia e operadora única do pré-sal, por considerar que esta medida ampliará a participação privada na exploração dos campos, o que representa um grande retrocesso para o país.

Uma das prioridades da agenda legislativa do governo golpista de Michel Temer, o texto base do projeto foi aprovado no dia 5 deste mês, por 292 votos contra 101 (uma abstenção), mas ainda há emendas a serem analisadas, o que deve ocorrer ainda na primeira quinzena deste mês. Em seguida, o texto segue para sanção do presidente da República.

Para os dirigentes sindicais, a proposta é extremamente prejudicial aos interesses do Brasil e só serve aos grandes conglomerados internacionais do petróleo. Além disso, lamentam que foram em vão todos os investimentos gastos com a pesquisa na área de petróleo e gás nos últimos anos.

“É inaceitável que a luta feita em todo o país para que os recursos oriundos do pré-sal sejam investidos na melhoria da educação e da saúde dos brasileiros seja ignorada pelo Senado e agora pela Câmara”, ressalta o presidente do Sindicato, **Eduardo Araújo**. E acrescenta: “Eles estão entregando as riquezas do petróleo brasileiro a multinacionais”.

REGIME DE PARTILHA

Atualmente, a Lei 12.351/10, sancionada pelo presidente Lula, que instituiu o regime de partilha na exploração do petróleo, prevê a participação da Petrobras em todos os consórcios de exploração de blocos na área do pré-sal com um mínimo de 30% e na qualidade de operadora.

O operador é responsável pela condução da execução direta ou indireta de todas as atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento, produção e desativação das instalações.

CAMPANHA DA CUT

Nesta segunda-feira (10), a CUT Nacional lançou em seu portal uma campanha em defesa do pré-sal e contra a entrega de sua exploração para as empresas estrangeiras e alteração da destinação dos recursos. Com o título “Energia Move o Mundo. Pré-sal o Futuro dos Brasileiros” podem ser baixados vários materiais como vídeo, folheto e a marca da campanha.

A descoberta do pré-sal brasileiro tornou o país detentor da 3ª maior reserva de óleo e gás do planeta. O pré-sal já responde por 40% da produção nacional de petróleo, e esta parcela continua crescendo.

Lei sancionada em 2013, no governo Dilma Rousseff, destina os recursos do pré-sal para a saúde e a educação. Essa lei destina 75% dos recursos oriundos da exploração do pré-sal para a educação e 25% para a saúde.



BIODIVERSIDADE

A Seriema na Caatinga

Eduardo Henrique de Sá Júnior

A seriema (*Cariama cristata* L.), também conhecida em alguns estados do Nordeste brasileiro como sariema, é uma ave da família Cariamidae que mede próximo a um metro de altura, com ocorrência em amplo território nacional, exceto nas áreas com vegetação densa da Amazônia. Fora do Brasil é comum em regiões da América do Sul como Bolívia, Paraguai, Uruguai e Argentina.

A alimentação desta ave baseia-se em insetos, roedores, ovos de outras aves e pequenos répteis, incluindo pequenas serpentes. Pode ser vista solitária, em casal ou pequeno grupo. Seu ninho é construído em árvores de 4 a 5 metros, onde são colocados dois ovos que são chocados em alternância entre o macho e a fêmea,

por aproximadamente um mês.

A plumagem com diferentes tons de cinza permite à seriema uma perfeita camuflagem na vegetação da Caatinga, caracterizada pelos caules acinzentados, principalmente no período seco, quando quase todas as plantas se encontram sem folhas. Dessa forma, fica fácil passar despercebida aos olhos dos predadores. Além disso, trata-se de uma ave muito habilidosa; quando perseguida, pode atingir até 70 km/h antes de levantar voo.

Entretanto, a característica mais marcante desta ave é o canto que se assemelha muito a uma risada, podendo ser ouvido a mais de um quilômetro. Essa sonorização é correlacionada através do conhecimento popular aos fenô-

menos meteorológicos, alimentando a crença de que, por exemplo, quando cantam no início da manhã é indicativo de dia muito quente ou, até mesmo, em outras ocasiões, seu canto pode ser interpretado como um sinal da chegada das chuvas.

No final da tarde, próximo ao anoitecer, as seriemas se deslocam para os locais de dormida que foram cuidadosamente selecionados, geralmente árvores de porte médio, secas ou com pouca folhagem, onde permanecem até o Sol nascer novamente.



Eduardo Henrique de Sá Júnior

Estudante de Agronomia na UFRPE. Administrador da página Viva Caatinga. Fotógrafo da natureza

Fotos: Eduardo Henrique de Sá Júnior

O SPRAY-RITUALISMO DE GURULINO

Guilherme Cobelo

Quem anda pelas ruas e quadras de Brasília distraído o suficiente para se perder em devaneios talvez se depare com um personagem que cada dia mais se torna icônico nas paredes da cidade: o Gurulino.

Sozinho ou acompanhado, ele se espalha por todos os cantos onde sua tinta possa fixar-se. Fruto de uma profunda imersão no universo meditativo da yoga, surgiu primeiro em 2009 como uma garatuja no rodapé do caderno onde o artista plástico Pedro Sangeon anotava suas epifanias.

De lá pra cá, sua criatura tomou forma e conteúdo, transbordou os limites da página e se misturou aos mais diversos materiais da vida cotidiana em forma de grafite.

Seja em trailers, muros, caixas de luz, passagens subterrâneas, onde houver uma brecha existe a possibilidade de ele se encarnar. Tanto é que hoje em dia o Gurulino ocupa um tempo-espaco importante na vida de seu criador, marcando sua trajetória pessoal e reforçando o seu intento como artista.

Antes do Gurulino, Pedro se aventurou nos caminhos da contemplação. Na Europa, passou a interessar-se cada vez mais pe-

los estudos herméticos que fazem parte da formação do yogui. Quem já viu seus grafites sabe que o aspecto esotérico é uma constante de sua obra.

A dedicação à prática meditativa durou um longo período durante o qual foram surgindo, ainda que em estado embrionário, os personagens que formam este ser complexo chamado Gurulino. Sim, pois ele é múltiplo, "é um grupo".

As circunstâncias de atuação que a rua disponibiliza para o artista o levam a considerá-los de maneira fragmentária. Muitas vezes não dá tempo de elaborar uma narrativa visual. Arte de guerrilha, formada nos limites da legalidade, o grafite é rápido como um grito.

Não que seja sempre assim. Diversas vezes os proprietários de lojas encomendam os serviços do artista para estampar as fachadas de seus estabelecimentos. Sem o risco de ser visto como um contraventor, usufrui do espaço urbano com legitimidade.

Talvez o diferencial esteja na maneira como Sangeon aborda a cidade. E nesse ponto ele não está sozinho, vide os lambes do Coletivo Transverso (@coletivotransverso no Facebook). Suas intervenções nos levam a pensar. Não com o

peso da preocupação e o senso da urgência ou da calamidade, mas sim com shantileza, em paz.

A própria figura do Gurulino reflete a essência de suas reflexões: um traçado simples e direto, uma forma plena, uma expressão de serena profundidade e um terceiro olho místico a coroar os outros dois ordinários. Quando menos se espera, lá está ele diante de nós considerando algo que também nos toca. Quem por ele passa leva consigo o germe de um diálogo apenas iniciado no muro:

"Ele porta uma mensagem intrínseca, mas acho que o mais legal desse trabalho é criar pontes com as pessoas e questionar nossos comportamentos padrões diante dos problemas que nos afetam, dos cotidianos até os mais existenciais."

Quando a civilização nos embrutece e estressa a ponto de tornar-nos não somente alheios, como contrários à vida, somente o insólito e o inesperado para elevar nossos pensamentos acima da confusão da luta diária e considerar com mais leveza a maneira como levamos as relações que estabelecemos conosco, com os outros seres, com as coisas e com o mundo.

Em tempos de violência, em que a palavra se verga sob o peso de mil e um rancores até virar palavra-de-ordem, o zen-grafite que semeia frases como "a esperança não espera", "um amor imenso não cabe em um amor restrito", "é impossível mas pode", "o padrão é seu padrão?" ou ainda "o que você vai ser quando entender?" soa um tanto quanto antifônico, contracultural e desestabilizador.

Características muitas vezes associadas ao grafite histórico, que remonta suas origens modernas às agitações político-sociais dos anos 1960-70 e, principalmente, à emergência da cultura hip-hop em Nova York. "A rua é incontrolável e é a maior das escolas pra quem se relaciona e aprende com ela", diz Sangeon.

O suporte poético do underground são as pedras, os vagões, os containers, os postes, as lixeiras, muros e paredes, fachadas, ruínas. Seja para desenhar, colorir ou marcar presença e pertencimento a um determinado território, seja para amplificar um verso em caracteres colossais ou fixar iluminações filosóficas e máximas políticas, o grafite fez das ruas um tipo de livro-galeria aberto a todos os olhos. "O que está sendo feito nas paredes da cidade é um registro histórico da nossa realidade coletiva."

Para além do moralismo que resguarda a propriedade privada e o patrimônio público contra os efeitos da tinta, é praticamente impossível dissociar a paisagem urbana de seus traços e cores.

Atualmente o Gurulino transbordou novamente para as páginas, dessa vez do Correio Brasileiro, em tirinhas publicadas a cada domingo no caderno de cul-

tura. Em formato comic o artista dispõe de espaço para articular toda a ontologia específica de sua criatura, relacionando com bom humor as diversas personas que compõe e que interagem com o personagem principal.

E não para por aí.

Para um futuro próximo, os planos são de transformar as tiras dominicais em uma publicação independente por meio de financiamento coletivo. Acompanhe de perto o trabalho de Pedro Sangeon no Facebook (@GurulinoBook) e no Instagram (@gurulino). Brasília vive!



Fotos: Eduardo Pereira



Guilherme Cobelo
Historiador, Músico
@joesilhueta

Com pequenos gestos, você muda o mundo.

O Movimento Solidário é um projeto da Fenae e das Apcefs, que tem como objetivo melhorar as condições de vida daqueles que mais precisam. Após o sucesso da atuação em Caraúbas (PI), dois projetos ainda estão em andamento: Belágua (MA) e Lar das Crianças Nossa Senhora das Graças, em Petrópolis (RJ).

Uma pequena doação dos seus pontos no Mundo Caixa ou qualquer quantia em dinheiro podem se somar a várias outras e se transformar em algo muito maior. Participe e ajude a mudar a vida de milhares de pessoas.

Acesse e conheça mais sobre o projeto.
www.fenae.org.br/movimentosolidario

O PODER das flores

As flores estão associadas, em muitas culturas e desde tempos muito velhos, a rituais mágicos (...).

Para os gregos antigos, cada parte da planta correspondia aos auspícios de um deus diferente. A raiz dizia respeito a Cronos, a semente e a casca a Hermes, o lenho e o tronco a Áries, as folhas, a Selene, as flores a Afrodite e o fruto a Zeus.

(...) As flores podem ser usadas como talismãs ou amuletos, ou, então, quando secas, em incensos invocatórios ou purificadores. Entram em beberagens ou filtros de amor com seus sumos perfumados de grande influência mágica e, quando ativadas, transmitem seu poder.

A magia do reino vegetal reside no conhecimento do espírito das plantas. Esse conhecimento orienta o uso das flores em artes mágicas. Para que o exercício dos poderes das flores se realize plenamente, é preciso que certas regras sejam observadas.

Essas regras dizem respeito às horas de colheita, à secagem das folhas e flores, e, sobretudo, à combinação de suas essências. Por exemplo, as flores colhidas na véspera de São João retêm mais força do que no resto do ano.

Em geral, as plantas que se destinam a ritos mágicos devem ser colhidas entre meia-noite e 8 horas da manhã. Sabe-se, igualmente, que a 2ª hora do dia de sábado é muito propícia às plantas usadas em fórmulas mágicas.

Henda – Excerto do livro “Segredos de Tias e Flores”. Editora Relume e Dumará. 1994.

CULTURA

COMO POLÍTICA DE ESTADO: CONSTRUINDO CIDADANIA

Jacy Afonso

Como expressão em sociedade, a cultura nos identifica, nos orgulha de ser, nos faz pertencer. Não é coincidência que para subjugar determinado grupo social o primeiro passo é atacar sua cultura. Línguas e crenças são cerceadas. Lembremos o realizado com nossos povos originários e escravizados.

Coincidência, também, que ao se destruir o processo democrático em nosso país, imediatamente se acaba com o Ministério da Cultura e em seguida se propõe uma reforma educacional onde matérias como Sociologia, Filosofia e Artes são retiradas do currículo? A quebra da resistência passa pelo assujeitamento, pela desconstrução cultural. Uma sociedade culturalmente forte resiste à barbárie, constrói laços, fortalece o conceito de nação. E não há nação que se pretenda forte e livre abrindo mão do desenvolvimento cultural.

A partir do governo democrático e popular do presidente Lula o Ministério da Cultura passa a ter importante papel na proteção, promoção e estímulo à diversi-

dade cultural brasileira. Desacelera o processo de pasteurização e homogeneização promovido pela dinâmica padronizadora do mercado e fortalecido pelos meios de comunicação hegemônicos.

A implantação, em 2003, do Sistema Nacional de Cultura – SNC, enquanto um processo de gestão e promoção das políticas públicas de cultura, em regime de colaboração de forma democrática e participativa entre União, estados, municípios e a sociedade civil, tem por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais.

Considera o entendimento da cultura em três dimensões: simbólica – cultiva as infinitas possibilidades de criação expressas em modos de vida, motivações, crenças religiosas, valores, práticas, rituais e identidades; cidadã – promove o acesso universal; e econômica – a expressão da criatividade brasileira como fonte de geração de ocupações e renda.

Para implementar as políticas públicas locais de cultura faz-se necessário instituir o Sistema Municipal de Cultura, composto obrigatoriamente por órgão gestor, conselho, fundo municipal, conferência e Plano Municipal de Cultura – PMC. É imprescindível viabilizar a adesão do município ao SNC.

Para uma ação transversal e compartilhada na área cultural é preciso avaliar as condições estruturais, como espaço físico, recursos humanos e materiais disponíveis para o desenvolvimento de projetos, mapeando pessoas com capacidade técnica e incentivando sua atuação; fomentar iniciativas de informatização, integrando em rede setores e agentes de cultura e garantindo acesso público à informação; incentivar projetos de bibliotecas móveis, teatro e cinema itinerante, visando à descentralização dos mecanismos de acesso à cultura, levando-os para o município, sobretudo para áreas periféricas, respeitando as características das comunidades.

Comunicação também está relacionada à cultura. Estabelecer debate sobre estratégias de telecomunicações na cidade, possibilitando a atuação de televisões e rádios locais no processo de difusão cultural e de informações, apoiar a criação ou incremento de rádios e televisões comunitárias, possibilitar o acesso à informática e à Internet, por meio de criação de pontos de acesso nos espaços públicos.

Outro aspecto fundamental é traçar uma política de formação, recuperação, valorização e preservação do patrimônio histórico, artístico, arquitetônico e ambiental do município, propondo e/ou atualizando legislação municipal sobre a defesa desse patrimônio.

Incrementar com recursos próprios, por meio de convênios com entes federados e parcerias, inclusive com municípios próximos, linhas de financiamento com seleção por editais oportuniza a artistas e produtores/as culturais locais o desenvolvimento de projetos de produção de peças de teatro, dança, circo, performances, gravação de CDs, publicação de livros, revistas e

encartes, organização de festivais e eventos, produção de artes plásticas, como fotografia, grafite, desenho, pintura e produção de filmes, possibilitando desenvolvimento e fortalecimento da cultura local.

Uma política cultural traz possibilidades reais de geração de trabalho e renda para o município. Para qualificar essa perspectiva, a elaboração de estudos e de monitoramento da “cadeia produtiva” de cultura e arte no município, a qualificação de agentes culturais por meio de orientação técnica, a articulação com empresas, agentes culturais, artistas, usuários da cultura, inclusive para implantar e/ou ampliar o Vale Cultura são ações fundamentais.

Cultura também exige superação de limites, ousadia, criatividade, cooperação. Para tanto, necessita da articulação da secretaria municipal responsável pela área cultural com outras secretarias e órgãos da Prefeitura e da iniciativa privada, e com movimentos sociais e grupos culturais, visando ampliar o acesso dos vários segmentos da população às atividades de

formação e valorização da cultura. Incluem-se nesses grupos idosos, pessoas com deficiência, crianças, jovens, trabalhadores do meio urbano e rural, entre outros. Afinal, cultura é direito de todos.

O mundo se constitui de pessoas que falam, pensam, se comunicam e se expressam de diversas maneiras e geram formas diferentes de (con) viver. Princípios democráticos de participação, respeito aos direitos humanos, proteção e valorização da diversidade cultural configuram o cerne da política pública cultural como propulsora de processos de aproximação entre governos e sociedade para a construção de um novo tempo, baseado numa sociedade menos desigual e com respeito às diferenças.

Mudar o mundo a partir da aldeia. A cidade é da cidadania!



Jacy Afonso
Sindicalista



O STRESS DO RIO SÃO FRANCISCO

Altair Sales Barbosa

O rio São Francisco nasce no Cerrado de Minas Gerais, na Serra da Canastra, e percorre mais de 3.000 km até sua foz. Ao longo desse percurso, vai engrossando suas águas, principalmente com seus afluentes da margem esquerda, que formam as sub-bacias dos rios Paracatu, Urucuia, Carinhanha, Corrente e Grande.

Todos esses rios e seus alimentadores menores estão morrendo a cada hora que passa. Alguns já desapareceram para sempre.

Isso acontece porque os dois grandes aquíferos que fazem o São Francisco brotar e o alimentam ao longo do seu percurso estão secando. Para entender esse fato, é necessário recuar no tempo pelos menos 45 milhões de anos.

É nessa época que o Cerrado adquire suas feições atuais, cuja vegetação possui um sistema radicular complexo e, por esse fator, começa a reter as águas das chuvas que caíam principalmente

nos chapadões do Noroeste de Minas, Oeste da Bahia, Distrito Federal, Nordeste Goiano e parte do Tocantins.

Essas águas são, primeiro, armazenadas nas rochas decompostas, que formam o lençol freático, depois, pela abundância, infiltra pelas brechas das rochas do subsolo e se acomodam nos lençóis profundos, que formam o aquífero Bambuí, de idade Proterozoica e o aquífero Urucuia, de idade Mesozoica.

Quando os aquíferos retiveram água suficiente, essa começou a brotar, na forma de nascentes, principalmente nas testas da Serra e na forma de pequenas lagoas nas áreas aplainadas, formando as veredas. Com o tempo as águas, como lágrimas milagrosas, começaram a descer em direção ao leste, alimentando a calha do seu condutor-mor, o rio São Francisco.

E assim foram se formando paisagens que deveriam ser maravi-

lhosas. Ao longo dos rios surgiram lagoas e banhados, onde se multiplicavam em grande quantidade os peixes que outrora eram abundantes, não só no São Francisco, mas em todos os seus afluentes.

Na realidade, os afluentes da margem esquerda são os principais responsáveis pela perenização do rio São Francisco e pela sua oxigenação e, em última instância, pelo seu nascedouro e existência.

A água armazenada nesse grande espaço geográfico, abrange desde a Serra da Canastra, ao sul, até a Chapada das Mangabeiras, ao norte, e se limita a oeste pelo Espigão Mestre, que separa Goiás e Tocantins de Minas e Bahia.

Esses rios são perenes durante toda época do ano e até cerca de 30 anos atrás o volume era no mínimo 5 vezes maior que o atual.

A partir de 1970, as áreas dos chapadões, onde se situam as nascentes e os cursos médios desses rios, vêm sofrendo uma grande

transformação, com a retirada da cobertura vegetal natural, para a produção de grãos e outras plantas exóticas. Esse fato tem impedido a realimentação normal dos aquíferos, contribuindo para o desaparecimento de inúmeros afluentes menores e a diminuição drástica do volume dos cursos maiores.

A maior parte dos afluentes da margem direita do rio São Francisco é formada por rios temporários, que costumam desaparecer na estação seca. Isso ocorre porque esses rios não são provenientes de aquíferos, dependem das águas armazenadas no fino lençol freático que repousa sobre rochas não porosas que constituem o Cráton do São Francisco.

O lençol freático está na dependência das águas pluviais e da vegetação. Portanto o desmatamento associado a um período de estiagem prolongada o afeta totalmente. O rio mais importante pela margem direita não é temporário, porque vem do aquífero Bambuí. Trata-se do rio das Velhas.

A retirada da cobertura vegetal natural do Cerrado tem influenciado a própria vida do São Francisco, já que este depende de fatores ecológicos extremamente complexos e interdependentes. O processo de desaparecimento dos seus alimen-

tadores hidrográficos está acontecendo num ritmo muito acelerado, em função desse fator.

Veza em quando, vão ocorrer cheias estrondosas, provocadas ciclicamente por fenômenos naturais com El Niño e La Niña. Mas isso não significa que o rio tenha ressuscitado, pois são fenômenos efêmeros, provocados por enxurradas resultantes de chuvaradas que se deslocam pelos antigos caminhos das águas.

O que aconteceu com o quadro vegetacional vem acontecendo também com os animais, incluindo os insetos polinizadores, que se encontram em acentuado processo de extinção. No caso específico da fauna aquática do rio São Francisco, essa era abundante, com variadas espécies de peixes que saciavam a fome das populações ribeirinhas e ainda mantinham comércio dinâmicos. Esse panorama não existe mais.

Com a concretização do atual projeto de transposição das águas do rio São Francisco para os dois eixos adutores maiores e para os eixos menores, prevista para ser totalmente finalizada em 2017, em consonância com o funcionamento total das bombas sugadoras instaladas em Cabrobó e Itaparica, todo o sistema hidrográfico da bacia

será afetado drasticamente. Isso porque a dinâmica do grande rio e toda sua bacia é formada por rios senis, que já atingiram seu estado de equilíbrio, e será também drasticamente afetada.

As consequências da transposição serão danosas e num curto espaço de tempo levará à morte a maioria dos afluentes do São Francisco, incluindo o próprio rio. Isso acontecerá porque, com a dinâmica alterada, o transporte de sedimentos arenosos aumentará de forma assustadora, gerando o assoreamento, já que a maioria dos seus afluentes corre por áreas da Formação Urucuia, cuja característica principal é a ocorrência de um arenito frouxo.

A transposição, da forma como se nos apresenta, aumentará também a velocidade dos rios na sua calha principal, isto provoca em todos os afluentes o fenômeno denominado sugamento dos aquíferos, que serão sugados em velocidade maior para alimentarem os rios agora mais velozes, desde seus cursos superiores, transformando-os em cursos d'água intermitentes.



Prof. Dr. Altair Sales Barbosa
Doutor em Antropologia pelo Smithsonian Institution - Washington D.C.





AVENTURA NA FLORESTA

bichos e lendas, daqui e da colá

Evandro Valentim de Melo – Paulo Sérgio Cavalcante Galvão



Fotos: Evandro Valentim - Daniel Santos

Paulo, um menino esperto de apenas nove anos, e Evandro, funcionário da Terracap de 50 e poucos, se juntaram para contar em livro uma linda história de heróis da mitologia grega e do folclore brasileiro que se juntam para vencer a maldade.

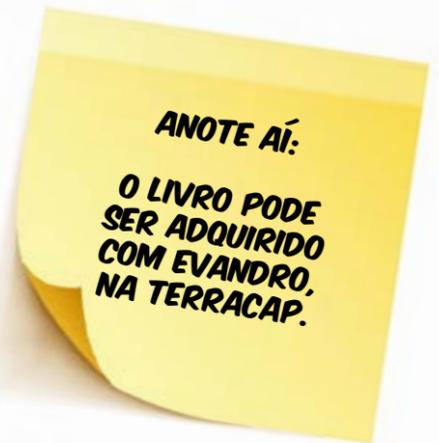
Evandro conta do método inusitado de produção desta lindeza de livrinho pelos parceiros: "Conheci o Paulo pouco depois de um momento difícil vivido por ele: a perda paterna. Na tentativa de ajudá-lo a conviver com o sentimento provocado pela ausência do pai, dei-lhe um livro ilustrado pelo grande Ziraldo. Tempos depois, um kit para desenho. O resultado foi surpreendente. Passei a receber, com bastante frequência, por mensagem no celular, desenhos feitos por cultivo desde a juventude. O resultado foi surpreendente: Paulo introduzia sequências que modificavam, completamente, as minhas expectativas; as inserções que faziam quebravam as minhas pernas, obrigando-me a rearranjar meu raciocínio para continuar a trama. Gostei da experiência e resolvi convidá-lo a fazer uma nova história. Construímos, pouco a pouco, essa 'Aventura na Floresta'. O meio de comunicação continuou sendo o celular. Foi uma espécie de pingue-pongue: ora um, ora outro enviava desenhos e textos em sequência aos recebidos antes". Que história!

Daí saiu uma corujinha, Leônicio, e um morcego, Josué, sempre se metendo em encrencas para libertar a Mãe Natureza do domínio das cobras. Nessa luta, soltam a figura errada, a Maléfica, e sem querer viram alvos do rei da Poluição, que quer destruir a floresta. Para salvá-la, em campo entram os mitos gregos Poseidon e Morfeu. E o Saci, o Curupira, a Iara, o Boto, Tupã, Jaci, os mitos todos do folclore brasileiro.

Cheia de suspense, a estória

segue com batalha sangrenta e lobisomem enfurecido, encantador de serpentes e, ao contrário de outros contos de fadas, acaba com uma luta por vencer pelos habitantes da floresta.

"Enquanto as pessoas continuarem a poluir o ar, as águas dos rios e dos mares, a jogar lixo nas ruas, o rei Poluição ficará mais forte. Depende de cada um de nós controlar essa terrível ameaça", conclui a história dessa graça de livro. Vale a pena conferir!



ORDNAVE.MELO@GMAIL.COM



SINDICOM-DF
Sindicato dos Comerciários do Distrito Federal

Telefones: 3224-3808 / 3038- 2200 / (Fax) 3224-1584

O Sindicato dos Comerciários no DF nasceu em 1963 e em 50 anos cresceu muito. De uma pequena sala no Setor Comercial Sul, o Sindicom tem um patrimônio que orgulha a categoria. Foi uma luta que envolveu muito suor, trabalho e atuação fundamental dos filiados. Vamos dar destaque para os últimos 20 anos, que coincide com o processo de democratização do país cujo qual valorizou o trabalhador no comércio.

A verdade é que a diretoria colegiada e a presidente, Geralda Godinho, fazem questão de mostrar toda essa estrutura que se encontra disponível para a categoria e trabalhadores em geral. A pequena sala sede hoje é o andar inteiro com consultórios médicos, odontológicos, homologação, departamento jurídico, apoio de base e imprensa. Em Taguatinga tem sede também contando com o que há de mais moderno para atender os associados. As subseções se encontram em Sobradinho e Gama. O Clube dos Comerciários conta com uma mega estrutura de lazer, com piscinas, churrasqueiras, restaurante, área verde, salão de jogos, campo e futebol, campo de areia e o salão de festas.

REDE DE ATENDIMENTO:

BRASÍLIA
Setor Comercial Sul, quadra 6, edifício José Severo, 7º andar - Tel: 3038-2200 / 3224-1584
TAGUATINGA
Endereço: QNE 31, lote 2 - Taguatinga Norte, no horário das 8h às 18h - Tel: 3037-8812

SOBRADINHO:
Quadra 8, Bloco 18, Loja 9 - Sala 4. Tel: 3487-2586
GAMA:
Edifício Office Center 3º andar sala 309 Setor Central do Gama. Tel: 3384-6747

CLUBE
Fazenda Ponte Alta Norte V Gleba A - Número 25 - Núcleo Rural Casa Grande - CEP 72-400-000 Recanto das Emas - DF Fone:(61) 3404-0851

presidencia@sindicomdf.com.br [sindicatodoscomerciantos.dodf](https://www.facebook.com/sindicatodoscomerciantos.dodf) [site: www.sindicomdf.com.br](http://www.sindicomdf.com.br)

Orgulho de ser Comerciário, esse é nosso lema! Filie-se



CALL CENTERS NO BRASIL:

Uma vitrine do mundo do trabalho
após eventual aprovação do PLC nº 30/2015?

Renata Queiroz Dutra

A agenda patronal para a regulação das relações de trabalho tem sido um dos cerne da atuação do Governo Temer, aprofundando um processo de pressões e disputas que já se delineavam desde o início do segundo mandato da Presidenta Dilma Rousseff.

As reflexões desse ensaio se deitam especificamente sobre o PLC nº 30 (anteriormente designado PL 4330), já aprovado pela Câmara dos Deputados, e ainda pendente de deliberação no âmbito do Senado Federal. O referido projeto de lei, a pretexto de suprir uma lacuna de regulamentação do fenômeno da terceirização trabalhista no país, oportunisticamente, remove os principais limites que haviam sido construídos pelas nossas doutrina e jurisprudência em relação ao tema.

Com esse projeto, pode-se pensar que os indicadores de que já se dispõe em relação às condições de trabalho dos terceirizados (menores salários, maior rotatividade, mais acidentes de trabalho, maiores jornadas, etc.) se generalizariam em relação ao nosso mundo do trabalho, que passaria a ter nessa sua forma de contratação predominante.

Nesse artigo, para além dessas palpáveis projeções, pensa-se numa experiência real e concreta que pode dizer muito sobre as tendências do mundo do trabalho brasileiro após uma eventual generalização das contratações terceirizadas.

Essa experiência real e concreta de burla à atual regulação do trabalho se opera no setor de teleatendimento. Nesse setor, no qual prevalecem contratações

terceirizadas, vem-se observando, desde a década de 1990, a prática desenfreada de terceirização de atividades-fim, seja por instituições bancárias (responsáveis por 31% das contratações de empresas de teleatendimento), seja por empresas do setor de telecomunicações (responsáveis por 50% das contratações de empresas de teleatendimento), em processo de burla à legislação vigente, construída e amparada em verdadeira batalha judicial a respeito dos limites da terceirização.

No caso do teleatendimento, a rarefação dos direitos trabalhistas e a precarização das condições de trabalho associadas à contratação terceirizada incluem os patamares remuneratórios reduzidos, rotatividade elevada nos postos de trabalho, arbitrariedade no exercício do poder empregatício, com restrições ao que se compreende por democracia no ambiente de trabalho, prática do assédio moral organizacional, altos índices de adoecimento profissional verificados, e, por fim, fragilização da organização coletiva dos trabalhadores.

Nesse cenário, a questão que se coloca é: a terceirização tem relação com os demais indicadores

de precarização apresentados? É a terceirização responsável pelo patamar de precarização acentuado ao qual foram entregues os teleoperadores? Em que medida a contratação terceirizada requer ou viabiliza o padrão de gestão acima identificado e responsável por tantos efeitos nocivos sobre aqueles que vivem do seu trabalho?

Difícil falar, no âmbito dos fenômenos sociais, em coincidências. A gestão do trabalho no setor de teleatendimento forja boa parte do seu mecanismo de dominação a partir da objetificação e descartabilidade dos teleoperadores: é o curto tempo de trabalho e sua provisoriedade que inibem reivindicações, que esfacelam projetos coletivos, que ameaçam e demonstram que desvios e imperfeições não serão tolerados; que evidenciam que, para cada trabalhador que falha, se insurge ou adocece, existem milhares de outros que podem reassumir aquele posto, impingindo uma gestão disciplinarmente rigorosa e igualmente exigente na cobrança de resultados. As tomadoras se “beneficiam” de um modelo de gestão predatório sem tomar para si a reparação dos danos que tais práticas, necessariamente, produzem

em suas “engrenagens”.

A tendência de degradação das relações de trabalho, já identificada como marca do momento histórico atual de aprofundamento das perspectivas neoliberais e de consolidação das formas de gestão pós-fordista, leva a crer que a “contribuição” dada pela terceirização à precarização das relações de trabalho, caso admitida de forma plena, importará um “nivelamento por baixo” das relações de trabalho; e não a elevação dos padrões de contratação dos terceirizados, como a campanha midiática patronal quer fazer crer. A formalidade do emprego terceirizado, por si só, já se mostrou insuficiente para garantir a densidade dos direitos trabalhistas e o patamar social conquistado historicamente pelas categorias de trabalhadores organizados.

Com o PLC 30, a mesma porta pela qual passaram os teleatendentes poderá ser aberta para a classe trabalhadora brasileira de uma forma geral, traduzindo-se num grande convite ao empresariado para alargar ou generalizar o segmento que hoje se entende por precariado dentro do contexto da classe trabalhadora brasileira.



Renata Queiroz Dutra - Professora de Legislação Social e Direito do Trabalho da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia. Doutoranda e Mestra em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília (UnB). Servidora da Justiça do Trabalho.





BREVIDADE

BOLO DE AVÓ

Lúcia Resende

Tempos idos. Tempos findos. Costumes que ficam. Cultura que permanece.

A gastronomia é campo seguro, solo fértil pra essa permanência. Na cozinha, do forno e fogão até a mesa, pratos diversos, de raízes fincadas séculos atrás, seguem saciando a fome e entremeando animadas prosas.

É verdade que já se foi o tempo em que era a cozinha o espaço central do diálogo nas residências. Findou-se o hábito de sentar no rabo do fogão a lenha pra “quentar frio”, de assar ovo, batata-doce ou mandioca no borrarho, de prosear em volta de uma mesa, enquanto uma diligente cozinheira cuidava das massas, dos quitutes, dos chás, do café. Tempo distantes em que a matriarca da casa cuidava de abastecer a mesa, enquanto ela mesma participava dos muitos causos que ali se contavam.

Logo cedo, ainda escuro, na mesa de madeira rústica estavam os quitutes. O leite vinha do curral, e o café ficava no bule esmaltado, na chapa quente do fogão, porque garrafa térmica não existia. Mais tarde, na volta do dia, era hora da merenda, e o ritual se repetia. Bolos, biscoitos, pães de doce e de sal, presença obrigatória.

Com o tempo, algumas receitas ficaram bem mais fáceis de produzir, e uma delas é um bolo de poucos ingredientes, mas de sabor delicioso: a brevidade. O nome só pode ter sido colocado por ironia, porque quando não havia eletricidade e tampouco a batedeira elétrica, o apreciado quitute exigia paciência e muita determinação. Bater, bater, bater à mão. Bater muito e por muito tempo. Uma demora enorme e necessária, pois que senão era só gosto de ovo.

A receita que trazemos vem do Triângulo Mineiro, da fazenda Aldeia dos Índios, em São Francisco de Sales. Literalmente um bolo de avó. Era feita por Enézia Cândida de Oliveira, nos primórdios do século 20, reproduzida por suas filhas e noras. Hoje, permanece nas mesas pelas mãos de netas e bisnetas (e de algum neto ou bisneto, talvez!). Mas da dificuldade fica só a memória, pois é rápido e fácil. E delicioso, pode apostar!

INGREDIENTES

5 gemas
 5 ovos inteiros
 1 prato fundo pelo vinco de açúcar
 1 prato fundo cheio (não de “topete”) de polvilho doce
 1 pitadinha de sal
 Raspas de limão (para variar e conforme a preferência, pode-se substituir por baunilha, cravo, canela)



Lúcia Resende
 Professora

 @mluciares



MODO DE FAZER

Bata os ovos e o açúcar na batedeira até misturar bem. Desligue, junte o polvilho aos poucos, com cuidado, misturando com uma colher. Acrescente a pitadinha de sal e as raspas de limão. Ligue novamente a batedeira e bata até que, ao desligar, comece a formar bolhas (uns 10-15 minutos). Coloque nas formas untadas (só até a metade, porque cresce muito) e asse em forno médio por cerca de 40 minutos. É preciso ter cuidado para não ressecar (o bolo não pode dourar). Na dúvida, é só espetar um palito e retirar. Se sair limpo, está assado. Sirva acompanhado de um bom café. Bom apetite!

Obs.: As claras que sobram podem ser aproveitadas para fazer suspiro, glacê real, pudim de claras... mas isso é papo para outra edição.





Deva Garcia



Deva Garcia

Professores debatem educação no campo

Para dar visibilidade e repensar as práticas pedagógicas nas escolas do campo, professores e diretores do Gama - juntamente com representantes de todas as regionais de ensino - se reuniram no final de agosto para o "Dia do Campo no Gama - Alimentação Saudável: Soberania e Segurança Alimentar". Um dia de reflexão, de apresentação de propostas, discussão das necessidades e organização dos trabalhadores das escolas do campo para pressionar o governo por melhorias.

O objetivo é formar uma

rede de escolas do campo, não só do Gama, mas do DF inteiro, para trocar ideias e experiências exitosas nesta área do ensino, mostrando como é possível fazer este trabalho de forma positiva.

De acordo com o vice-diretor do Centro Educacional Engenho das Lajes, professor Cristiano César Urani da Silva, nas escolas do campo geralmente é feita uma reprodução, de modo precário, da educação que se faz na zona urbana; uma adaptação. "A gente tem que pensar a educação do

campo de forma diferenciada. Ela não pode ser inferior àquela da zona urbana, não pode ser uma escola de segunda classe para o filho do trabalhador rural. Precisamos formar o filho desse trabalhador com a mesma qualidade educacional e de forma que faça a fixação dessa pessoa ao campo - para evitar o êxodo rural. Quanto mais a qualidade da educação do campo for vivenciada, melhor essa fixação. Quer dizer, começamos a formar cidadãos do campo e para o campo, e não criar uma escola para que

o estudante saia daqui para buscar melhores condições de vida na cidade. A ideia é que esse estudante continue aqui, trazendo tecnologias para esse campo", disse.

O educador também questiona a estrutura que é dispensada às escolas do campo. "Se pegarmos este Centro Educacional e compará-lo a qualquer outro localizado em zona urbana veremos que a estrutura é outra. Naqueles há laboratório de informática, de Ciências, auditório, quadras cobertas de esportes. Apesar de chamarem-se "Centro Educacional", a estrutura é outra, os recursos são outros. É preciso que o GDF valorize a escola do campo. É preciso um outro olhar, já que os estudantes são todos cidadãos do Distrito Federal. Não é possível fazer essa diferenciação. Queremos uma escola que proponha a permanência no campo com qualidade, soberania, autonomia, desenvolvimento. Se essas escolas não tiverem o fortalecimento dessas políticas, o DF - como unidade federativa - vai perder a sua

autonomia e soberania alimentar", observa Cristiano.

Os educadores presentes também denunciaram o fato de que muitas escolas no campo estão sendo fechadas país afora, o que vai absurdamente na contra-mão do direito de aprender - seja onde for.

No tocante à soberania e segurança alimentar, o professor Fábio Miranda expôs sobre a Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e pela Vida - da qual o Sinpro-DF é parceiro -, que visa a termos uma cidade mais humana, solidária, justa e com conquistas sociais e ambientais de verdade. Uma das metas é combater continuamente o uso de agrotóxicos e transgênicos, buscando uma transição gradual para um território livre de venenos, por meio da proi-

bição da pulverização aérea, do banimento dos agrotóxicos proibidos em seus países de origem, do monitoramento da contaminação de alimentos e da orientação de profissionais da educação e da saúde acerca dos danos causados por essas substâncias. Durante a palestra ficou evidente a existência de um problema central: não há controle informatizado sobre a venda de agrotóxicos no Brasil, e, portanto, não há dados totalmente confiáveis sobre a quantidade de venenos usados em nosso país. "O que temos são informações fornecidas diretamente pelas empresas aos órgãos reguladores. Ainda assim, é preciso ressaltar sempre que já temos evidências mais do que suficientes para proibir o uso de agrotóxicos no Brasil", enfatizou.





OS BONS ARES DE CAVALCANTE

Zezé Weiss

Não tem jeito de perambular aqui pelas bandas da Chapada dos Veadeiros sem se encantar com Cavalcante, essa cidadezinha goiana com ares, costumes, gostos e sabores de antigamente.

É em Cavalcante que mora minha amiga Dora, a que chama biscoito de polvilho de "galho". O "galho" de Dora é a mesma "peta" do resto do Goiás, só que em Cavalcante se coloca semente de funcho na massa, e fica demais de bom.

Também não tem como passar por Cavalcante sem visitar pelo menos uma das mais de 100 cachoeiras espalhadas pela Chapada. Se o tempo for pouco, vale escolher as verdíssimas águas da Cachoeira de Santa Bárbara, localizada em uma comunidade quilombola Kalunga, a 20 e poucos quilômetros do centro da "vila".

Meu neto Nilo, um quase-nativo de Cavalcante do tanto que gosta dali, sugere um passeio à Ponte da Pedra, na borda norte da Chapada, para ver o rio Domingos passar por um arco de pedra que parece uma ponte, a cerca de 30 metros de altura e dali, daquela garganta apertada, despencar 400 metros ladeira abaixo formando várias quedas e cachoeiras que escorrem pela serra.

Outra agenda imperdível são as festas religiosas de Cavalcante, em especial as romarias, que há mais de dois séculos ocorrem ao menos três vezes por ano, para homenagear Nossa Senhora da Abadia (agosto), Nossa Senhora do Livramento (setembro) e Santo Antônio (julho). As rezas acontecem sempre junto com muito forró, uma beleza!



Fotos: Roberto Barrich's



COMO CHEGAR

Saindo de Brasília, o melhor é seguir rumo norte pela BR-020, até Planaltina de Goiás, e dali continuar viagem pela GO-118 até Alto Paraíso de Goiás e Teresina de Goiás. A partir de Teresina, segue-se pela GO-241. O trajeto é um pouco longo, cerca de 320 km, mas o ambiente acolhedor das muitas pousadas da região e os muitos atrativos de Cavalcante valem a pena!



Zezé Weiss
Jornalista
Socioambiental
@zezeweiss

SINDPD-DF PROMOVE TORNEIO DE FUTEBOL PARA COMEMORAR O DIA DO PROFISSIONAL DE TI

O SINDPD-DF criou, em 2011, o seu Torneio de Futebol para comemorar o Dia do Profissional de TI, celebrado em 28 de outubro. Desde então, o evento esportivo faz parte do calendário de atividades da categoria, sendo realizado em outubro.

A categoria se mobiliza e monta seus times, o que permite integração entre os trabalhadores e estímulo à qualidade de vida e boa saúde.

O sindicato transformou a iniciativa esportiva em uma promoção social e as inscrições dos times são cestas básicas revertidas para entidades assistenciais. Em 2015, o Abrigo Lar de São José, em Ceilândia, e a Creche Alecrim, na Estrutural, receberam as doações.

“O torneio promove a confraternização e a união da categoria. Esses eventos esportivos são importantes para aproximar o tra-

balhador do sindicato e em um ambiente de descontração possibilitar que possamos nos conhecer ainda melhor”, afirma Djalma Ferreira, presidente do SINDPD-DF.

Neste ano, o torneio, que será na modalidade society, acontece nos dias 22 e 23 de outubro, a partir das 9h, no Clube da Ases. O sindicato convida os trabalhadores filiados para que venham se divertir com suas famílias e amigos.

A LENDA DO CARBÚNCULO

O carbúnculo é um lagarto mágico que carrega um grande diamante bem no centro da testa. Reza a lenda que esse ser fantástico vive com seu único dono, um ex-sacristão, no Rio Grande do Sul, nos morros que ficam na divisa do Brasil com o Uruguai.

Dizem que o carbúnculo é um ser do bem que usa a luz do seu diamante para afastar malfeitores. Dizem também que é tão bondoso e que quando encontra uma pessoa muito

pobre, tira o diamante da cabeça e entrega para essa pessoa. No lugar, nasce outro.

Alguns relatos reportam que o carbúnculo é também conhecido como a “Salamanca do Jarau”, um ser mítico que vivia nas missões do sul do Brasil desde os tempos dos jesuítas. Hoje, continua por lá, emitindo raios de luz do diamante encravado na sua cabeça. Contam também que, à noite, se transforma em uma linda mulher.



Feliz Dia do Profissional de TI, 28 de outubro



**Um presente
superespecial pra você!**

O SINDPD-DF convida você, filiado, para curtir esse dia com esporte e saúde. Seja bem-vindo!

www.sindpd-df.org.br
Informações: (61) 3225-8089
Data: 22 e 23 de outubro
Local: Clube da Ases



Fotos: Nara Serra

AMEAÇA DE RETROCESSO NA EDUCAÇÃO: GOVERNO FEDERAL CRIA APARTHEID SOCIAL E SEDUCE PRIVATIZA ENSINO

Tramita na Câmara Federal o projeto de lei PL 6.840/13, que dispõe sobre a reformulação do ensino médio, e cujo conteúdo original, depois de passar por ampla discussão com os movimentos sociais ligados à Educação, foi substituído e aprovado por unanimidade na Comissão Especial de Educação.

Em agressão frontal à Constituição de 1988 e à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que garantem a universalidade do ensino médio como etapa final de educação básica, mesmo faltando apenas a votação pelo plenário da Câmara para a aprovação do substitutivo do PL 6.840/13, o governo golpista instalado no Planalto editou, no dia 22 de setembro, Medida Provisória (MP) no 746, determinando a reformulação do ensino médio.

SINTEGO

O Sintego é totalmente contrário à reforma obscurantista que retrocede a educação brasileira ao modelo do ensino médio proposto pelo Governo Fernando Henrique Cardoso na década de 1990, baseada no pensamento segregacionista do final do Século XIX, que propunha duas escolas: uma, com amplo acesso ao conhecimento, para os filhos das elites que viriam a dirigir seus países, e outra para os filhos dos pobres, que não teriam tempo já que não teriam tempo para estudar, por terem que dedicar ao trabalho.

Segundo a presidenta do Sintego, Bia de Lima, "as mudanças propostas pela MP afetam a formação social do estudante e não apresentam as melhorias que realmente precisamos."

Para Bia, "a escola pública

necessita de investimento, da contratação de professores/as e orientadores/as educacionais e de estrutura para que possamos ter uma educação pública de qualidade e de estudantes que, além de futuros bons profissionais, sejam cidadãos engajados com uma sociedade justa e igualitária, de não de reformas autoritárias."

PENSAR, NEM PENSAR!

O Sintego vê a reforma como uma forma (maneira) de acabar com o pensar social da juventude brasileira, uma vez que no bojo das mudanças está a retirada de Artes, Sociologia, Filosofia e Educação Física da grade curricular.

Para o Sintego, ao retirar do currículo as que permitem ao estudante formar seu pensamento,

o que o governo quer é antecipar a entrada do estudante na formação profissional, cerceando seu direito a uma formação mais humana e cidadã.

Assim, a educação brasileira retrocede à reforma do ensino médio da ditadura militar, que postulava a profissionalização compulsória do ensino profissional, sendo a atual reforma ainda mais cruel, porque os militares pelo menos defendiam uma reforma para todos, enquanto a MP 746 servirá somente para os filhos da classe trabalhadora que estudam na escola pública. Ou seja, como diz o professor e filósofo Gaudêncio Frigotto: "Uma reforma que legaliza o apartheid social na educação no Brasil."

PAUTA DE LUTAS

Em Goiás o Sintego dobra a jornada de lutas em defesa da educação nacional, do Piso e da Data-Base, e contra a privatização da educação goiana, uma vez que o governo, mesmo contra o posicionamento do Sintego e do próprio Ministério Público, lançou, em 19 de setembro, novo Edital para a contratação das famigeradas Organizações Sociais.

O governo insiste no modelo de privatização do ensino via OS, mesmo depois da Polícia Federal e do Ministério Federal terem mostrado evidências de que parte dos recursos desviados da Saneago foi utilizado para o pagamento das OS da Saúde.

ENTIDADES NACIONAIS LUTAM CONTRA MODELO TEMER DE EDUCAÇÃO

A decisão vem provocando duras críticas por parte de educadores e órgãos vinculados à defesa dos direitos da Educação e da Cidadania. Para o educador Gaudêncio Frigotto, a reforma imposta pela MP além de ser prepotente, autoritária e segrega-

gadora, na prática líquida com a dura conquista da educação básica para grande maioria dos cerca de 85% de jovens e adultos que estudam nas escolas públicas do Brasil.

Frigotto afirma que a reforma abandona a construção democrática da educação brasileira, para atender à cartilha do Banco Mundial, transformando o direito à educação básica em um serviço ajustável às demandas do mercado, "uma espécie de um deus que define quem merece ser por ele considerado num tempo histórico de desemprego estrutural."

Agrega Frigotto: "O ajuste ou a austeridade que se aplica à classe trabalhadora brasileira, da cidade e do campo, pelas reformas da previdência, reforma trabalhista e congelamento por vinte anos na ampliação do investimento na educação e saúde públicas, tem que chegar à escola pública, espaço onde seus filhos estudam."

O professor Aloizio Mercadante, ex-ministro da Educação, classifica a MP como um golpe no processo democrático e participativo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Para Mercadante, as novas regras, baseadas em uma oferta pautada não nos interesses e necessidades dos estudantes, correm o risco de termos um verdadeiro apartheid escolar no país.

FÓRUM NACIONAL PELA EDUCAÇÃO

Para o Fórum Nacional de Educação: "De maneira impositiva, solitária e açodada, pretende o Executivo, por meio do instrumento excepcional da MP, resolver questões complexas de reorganização curricular, pedagógica e formativa que impactarão, inadvertidamente, os 26 estados, o Distrito Federal, 5570 municípios e milhões de profissionais da educação, estudantes e estabelecimentos públicos e privados, além do próprio Executivo Federal". Dentre os 23 "atrasos e retrocessos" apontados pelo Fórum destacamos:

- Reforça a fragmentação e hierarquia do conhecimento escolar que as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio, amplamente debatidas, buscaram enfrentar;
- Não trata de questões basilares, como as condições objetivas e infraestruturais das escolas, a profissionalização e valorização dos profissionais da educação, a relação discente-turma-docente, a inovação nas/das práticas pedagógicas, entre outros aspectos;
- Pretende eliminar a estreita e fundamental relação entre o conhecimento tratado na escola e sua relação com a sociedade que o produz;



Divulgação: CNTE

- Ignora a instância permanente de negociação e cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, plural, prevista pelo PNE e editada, em caráter transitório, pela Portaria nº 619 de 24 de junho de 2015, ao tratar dos processos de escuta e aprovação para inclusão de novos componentes curriculares de caráter obrigatório na BNC.

MOVIMENTO NACIONAL PELO ENSINO MÉDIO

O Movimento Nacional pelo Ensino Médio considera a MP uma ameaça à educação básica pública e de qualidade para os filhos e filhas das classes trabalhadoras. Para o Movimento Nacional, os principais pontos negativos da reforma são:

- A jornada diária compulsória de 7 horas, por ferir o direito de acesso à educação básica para mais dois milhões de jovens de 15 a 17 anos que estudam e trabalham ou só trabalham, e a proibição de acesso ao ensino noturno para menores de 17 anos, por constituir-se em cerceamento de direitos.

- O Ensino Médio noturno com duração de quatro anos com a jornada diária mínima de três horas, contemplando o mesmo conteúdo curricular do ensino diurno, por desconsiderar as especificidades dos sujeitos que estudam à noite, especificidades etárias, socioculturais e relativas à experiência escolar que culminam por destituir de sentido a escola para esses jovens e adultos.

- A organização curricular com a proposição de opções formativas em ênfases de escolha dos estudantes porque reforça a fragmentação e hierarquia do conhecimento escolar, retomando ao modelo curricular dos tempos da ditadura militar, de viés eficientista e mercadológico.

- A opção para o ensino superior vinculada à opção formativa do estudante, por constituir-se em cerceamento do direito de escolha e mecanismo de exclusão, em um processo que conduz à privação do acesso ao conhecimento e às formas de produção da ciência e suas implicações éticas, políticas e estéticas.

- A inclusão no último ano do ensino médio da proposta de que o estudante possa fazer a opção por uma formação profissional, por contrariar o disposto nos Artigos 35 da LDB 9.394/96 e desconsiderar a modalidade de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, mais próxima da concepção proposta nas DCNEM e já em prática nas redes estaduais e federal.

CNTE

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação condena a concepção privatista e reducionista de direitos contida na MP 746, e defende a sua substituição integral por

uma reforma que venha a se pautar pelo conceito de formação humanística e ampla aos estudantes, respeitando, ainda, a condição pública, republicana, gratuita, democrática, universal e de qualidade socialmente referenciada pretendida para a oferta do ensino médio nas escolas públicas.

Em nota, a CNTE informa que sua atuação sobre a reforma se dará em duas frentes:

- 1) Desconstituir a MP 746, por meio de Ação Direta de Inconstitucionalidade no STF, pois a Confederação entende que o debate sobre esse tema de ampla repercussão exige profunda reflexão e a participação democrática da sociedade – coisas que a MP não possibilita no curto prazo de tramitação no Congresso, sobretudo levando-se em conta a forma restrita e

autoritária como foi concebida; e,

- 2) Caso prossiga a tramitação da MP, atuará junto aos parlamentares para que rejeitem na íntegra a matéria.



Fotos: Sintego.org.br



A CORRIDA PARA "PEGAR A HORA"

A pontualidade é um hábito que repousa. Se você estiver sempre correndo para alcançar a hora, estará em contínuo estado de tensão.

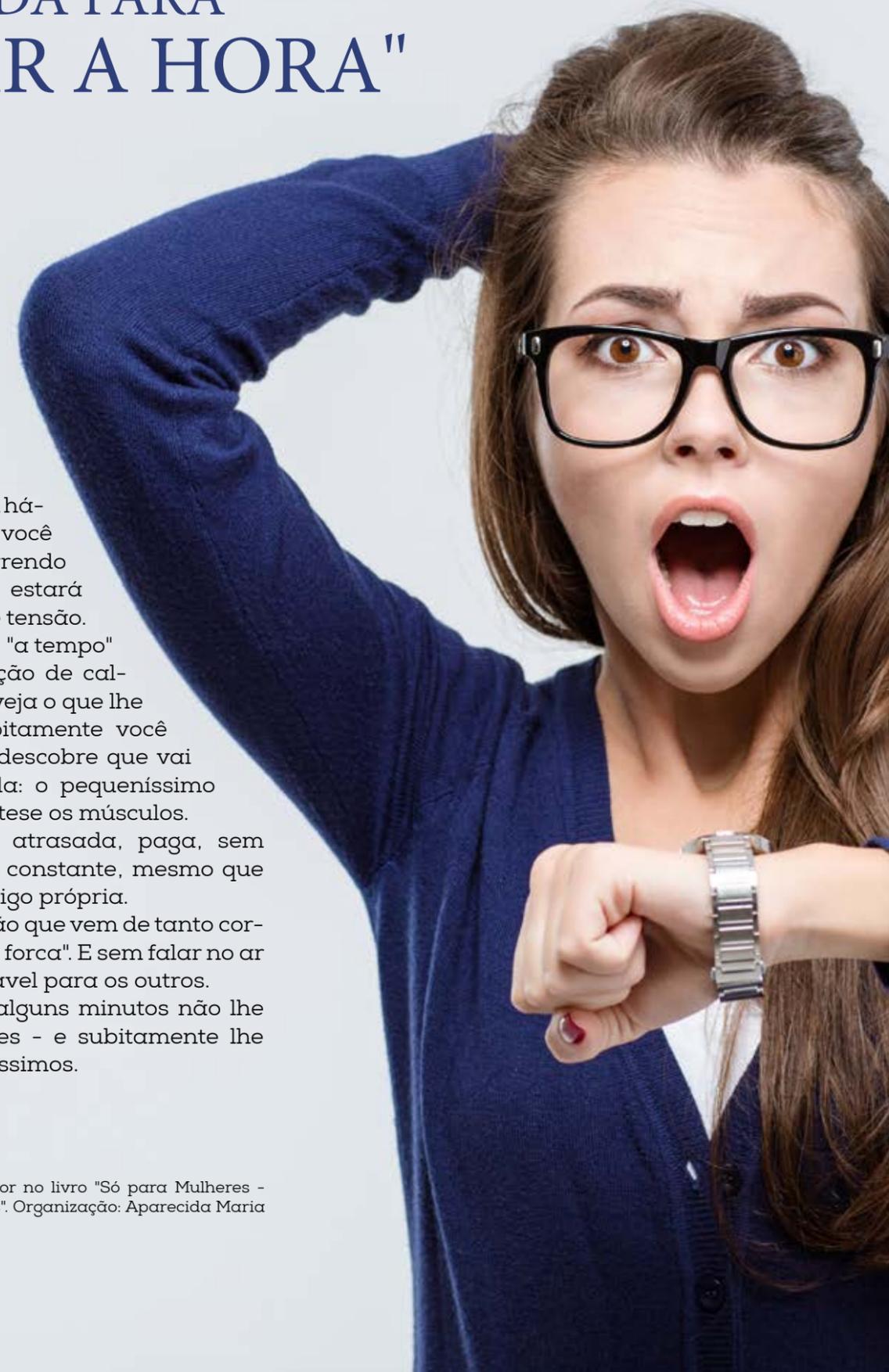
Saber que você está "a tempo" dar-lhe-á uma sensação de calma e segurança. Mas veja o que lhe acontece quando subitamente você olha para o relógio e descobre que vai chegar muito atrasada: o pequeníssimo choque faz com que retese os músculos.

Quem está sempre atrasada, paga, sem saber, um preço: uma constante, mesmo que leve, insatisfação consigo própria.

Sem falar na exaustão que vem de tanto correr "para tirar o pai da força". E sem falar no ar afobado - e desagradável para os outros.

E tudo isso porque alguns minutos não lhe pareceram importantes - e subitamente lhe pareceram importantíssimos.

Conselho de Clarice Lispector no livro "Só para Mulheres - Conselhos, Receitas e Segredos". Organização: Aparecida Maria Nunes. Editora Rocco, 2008.



ROMARIA DE CARROS DE BOIS DE TRINDADE BEM CULTURAL DO BRASIL

Lúcia Resende



Fotos: Acervo IPHAN

Em 15 de setembro deste ano, o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, principal instância decisória do Iphan, aprovou, de forma unânime, o reconhecimento da Romaria de Carros de Bois da Festa do Divino Pai Eterno de Trindade (Goiás) como Patrimônio Cultural Brasileiro.

A devoção ao Divino Pai Eterno começou na cidade no século 19. Contam que por volta de 1840 um casal encontrou um medalhão entalhado com a imagem do Pai, do Filho e do Espírito Santo – a Santíssima Trindade. Logo, famílias de amigos e vizinhos co-

meçaram a se reunir para rezar o terço em louvor ao Divino Pai Eterno.

A devoção só aumentava, e não demorou a começar a peregrinação, a Romaria dos Carros de Bois, pois na época era esse o principal meio de transporte usado na zona rural, seja para a lida diária, seja para as viagens de longas distâncias.

Quase dois séculos passados, a Romaria de Carros de Bois da Festa do Divino Pai Eterno de Trindade, marco da celebração religiosa desde o seu início, permanece como uma tradição cul-

tural de enorme relevância como referência cultural e representatividade da vida rural, agora reconhecida pelo Iphan.

Todos os anos, convergem para a cidade goiana devotos de diversas cidades de Goiás e de estados próximos, do Centro-Oeste e também do Sudeste. Homens e mulheres se envolvem nos preparativos, os carros de bois são arrumados cuidadosamente, os mantimentos que serão consumidos ou vendidos durante o trajeto são estocados.

Personagens como carreiros, candeiros e demais participantes da Romaria trazem consigo hábitos já esquecidos por muitos. São eles os herdeiros, guardiões e transmissores de costumes da vida rural, cada dia mais modificados por influência da acelerada urbanização e das novas tecnologias a ela inerentes.

Ano após ano, ocorre em Trindade um reavivamento da tradição da vida rural e das manifestações de fé. O Carro de Boi é pedra basilar de tudo isso.

A seguir, o poeta goiano Antonio Victor nos traz uma bela lembrança que sem dúvida passa as mentes de muitos homens e mulheres que participam da Romaria dos Carros de Bois da Festa do Divino Pai Eterno de Trindade e que certamente trará a você conhecimento ou reconhecimento.



Lúcia Resende
Professora

@mluciares

LEMBRANÇA DE CARREIRO

Antonio Victor

Tarde da vida, quando se amontoam os anos,
debruçado em desenganos da minha desilusão,
fico espiando da janela do presente,
retalhos de antigamente que me dói como um ferrão.

Vai, boi Penacho, puxa o carro, boi carreiro,
companheiro de viagem nas quebradas do sertão,
leva essa carga, rasga o barro do caminho,
se couber, leva um pouquinho da mágoa deste peão.

Peão que chora quando vê o Sol baixando,
e um carro de boi cantando seu gemido de paixão.
Eu também choro meu gemido solitário
e desfio o meu rosário em contas de solidão.

Sou um carreiro vencido pelo cansaço,
mas me lembro do chumaço, da chaveia e dos cocão,
eixo e fueiro, cabeçalho, cheda e mesa,
belo tempo de riqueza que virou recordação.

Ainda recordo o recavém e o pigarro,
cunha nas roda do carro, cambota, arreia e meião,
chapa, ésse, cravo, canzil, brocha e tamboeiro,
a canga, a tiradeira, argola, ajoujo e cambão.

Vai, boi Penacho, puxa o carro e vai embora.
Já venceu a minha hora, terminou minha missão.
Leva essa carga de tristeza que me invade,
se couber, leva a saudade que me aperta o coração.

Antônio Victor – escritor, poeta, compositor.

Obs: O poema foi gravado em CD pela dupla caipira Zé Mulato & Cassiano, no disco Meu Céu, ganhador do Prêmio Sharp de música sertaneja do ano de 1998.

QUANTO VALE UM PROFESSOR?

Na sociedade do conhecimento, o professor brasileiro é mal pago. Pior, em muitos casos, é visto não como um membro da elite intelectual, mas como mais um trabalhador qualificado. Tanto que seu salário é abaixo de outras profissões de nível superior.

Diversas pesquisas sobre o problema educação têm mostrado que a maior preocupação da sociedade está voltada para esse tema. Ele está acima de outras necessidades como emprego, saúde e habitação. Os resultados das pesquisas são uma demonstração clara de que os nossos governantes estão dissociados da nossa realidade social. Certamente por interesses de classes.

A educação, até hoje, foi usada como ponto de agenda política promocional, quando deveria seguir um projeto federalizado de Estado, de forma articulada entre os sistemas, com o propósito de promoção como direito da sociedade à formação integral com qualidade; o reconhecimento e a valorização da diversidade; a definição de parâmetros e diretrizes para a qualificação dos profissionais desse setor, com o estabelecimento de condições salariais idênticas às de outros profissionais de nível superior, que nem sempre têm a mesma exigência de formação continuada do professor.

A característica do Brasil tem sido, historicamente, de um país com políticas frágeis no campo social. Isso lhe imprimiu traços marcantes de desigualdades sociais e o convívio com uma das mais altas concentrações de renda do mundo. Essa característica faz a nossa sociedade ser dividida em "casa grande" e "senzala".

Com uma população de mais de 200 milhões de pessoas, cerca de 50% desse universo são considerados analfabetos funcionais e a maioria vive em situação de pobreza. Assim, podemos constatar que o Brasil é um país injusto por excelência. Nesse panorama é compreensível

que a maioria, sem acesso às políticas de promoção social, torne-se presa fácil da delinquência. No bojo das Conferências de Educação, nos governos Lula e Dilma, o sistema educacional em seu conjunto mereceu atenção especial, com projetos articulados para enfrentar o panorama excludente que tem reflexos importantes no seio da sociedade.

Com a derrubada da presidente eleita, o grupo que empolgou o governo de forma antidemocrática, propôs, por Medida Provisória, um projeto de destruição do ensino brasileiro, com medidas que retornam a cartilha do Banco Mundial dos acordos MEC-USAID, que objetivavam enquadrar o ensino brasileiro nos moldes estadunidenses, com a educação orientada conforme o acordo que visava instituir uma metodologia tecnicista e liberal da educação onde essa seria concebida somente enquanto formadora de trabalhadores para o mercado.

O conteúdo da MP não responde às necessidades do País e dos estudantes. Busca introduzir de forma açodada e não planejada mudanças que afetam a estrutura do ensino público e privado, os currículos

e o próprio perfil do ensino médio brasileiro, com viés voltado para a privatização e a oligopolização do sistema.

Precisamos lutar contra essa medida profundamente predatória para nossa educação, que promove a precarização e a desvalorização dos trabalhadores da educação, do ensino público e privado. Para isso, temos que mobilizar as nossas bases, pais e estudantes e a sociedade organizada, na busca da dignidade daquele que tem a responsabilidade de ser o agente de transformação do homem em cidadão. Se queremos um ensino que seja libertador, vale perguntar: "Quanto vale um professor"? Pensemos nisto.



Trajano Jardim
Jornalista e Professor
Universitário



Chico Mendes 30 anos

Em 2018, a luta do CNS e dos povos da floresta completa 30 anos sem Chico Mendes, símbolo maior da trajetória de construção social, sindical e ecológica em defesa da Amazônia e dos povos que nela vivem. Porém, o tiro certo que assassinou Chico Mendes em 22 de dezembro de 1988 foi incapaz de calar seu sonho de justiça e de liberdade. Chico Mendes continua vivo na luta e na esperança de cada qual de nós.

Essa luta tem permitido muitos avanços com relação à defesa da floresta, mas infelizmente a violência continua ceifando vidas e provocando imensas dores no coração da Amazônia, apontando o rumo dos embates.

O CNS começa agora, no segundo semestre de 2016, o projeto CHICO MENDES - 30 ANOS, rumo à construção de uma grande mobilização nacional para honrar a memória e fazer multiplicar os ideais de Chico Mendes pelo Brasil e pelo mundo.

Chico Mendes Vive!



TITE

O MAGO DO FUTEBOL

Jaime Sautchuk



Foto: RiccPerrone

Ninguém sabe ao certo a mágica que ele faz. Mas, no emaranhado, na verdadeira feira de negócios que virou o futebol brasileiro, ele consegue pegar equipes esfaceladas e, juntando palitos, moldando personagens como santos de barro do Mestre Vitalino, surgem times que fazem o encanto de galeras.

Os próprios adversários temem seu jeitão simples e sereno. O problema é que esses adversários, hoje em dia, são as seleções nacionais que disputam com o Brasil a classificação à Copa do Mundo de Futebol de 2018, que será realizada na Rússia.

Filho da extensa colônia italiana do estado, o gaúcho Adenor Leonardo Bacchi, mais conhecido como Tite,

nasceu na cidade de Caxias do Sul, em 25 de maio de 1961. Como jogador de futebol teve uma carreira de pouco brilho e breve existência.

Parou de jogar aos 28 anos, após uma série de problemas nas pernas que culminaram com a ruptura de ligamento do joelho esquerdo, praticamente imobilizado desde então. Começou em 1978 e jogou muitos anos no Caxias, até ser vendido ao Esportivo, de Bento Gonçalves, em 1984.

Com rápida passagem pela Portuguesa Paulista, dois anos depois foi bater no Guarani de Campinas, onde ficou até encerrar a carreira. Ali mesmo, cursou Educação Física na Universidade Católica (PUC), mas, ao se formar, voltou pra sua terra natal. Principiava, então, a carreira de treinador.

Começou humildemente em 1990, di-

rigindo o Guarany, de Garibaldi, e por dez anos percorreu vários times do interior rio-grandense, até ser campeão estadual com o Caxias, em 2000. O sucesso não estava no título, mas nos dois craques que ele revelava ao mundo: Cláudio Pitbull e, com mais destaque, Ronaldinho Gaúcho.

O Grêmio, time que ele havia abatido na final, tratou de contratar todos, o técnico e os craques. Assim, já no ano seguinte foi campeão estadual e da Copa do Brasil, vencendo justamente o Corinthians Paulista, equipe que anos depois, entre idas e vindas, viria a se tornar a grande casa de Tite.

Sua primeira passagem pela esquadra corintiana, em 2004, revelou alguns aspectos de sua personalidade. O time estava à beira do rebaixamento, mas terminou o ano em 5º lugar no campeonato e já estava arma-

do pra ser campeão brasileiro no ano seguinte, como de fato veio a ocorrer.

Mas, naquele ano, o Corinthians foi tomado de assalto pelo empresário anglo-iraniano Kia Joorabchian, dono da polêmica empresa esportiva MSI. Ele comprou uma série de jogadores estrangeiros, inclusive o argentino Carlito Tévez, e formou uma equipe de "galácticos", como ficou conhecida.

Desde logo, Tite não cruzou os bigodes com Kia, que ele achava um grande trambiqueiro e que, de quebra, começou a interferir na escalação do time. "Ele pode ser o dono do time, mas o técnico sou eu", disse ele ao pedir demissão.

A direção do clube, tendo à frente Roberto Dualib, acabou sendo alvo de processo do Ministério Público, com prisões, confisco de bens e acusação de "formação de quadrilha". Os chefes eram Kia, Dualib e um israelense de nome Pini Zahavi.

Mas Tite já estava longe dessa gente. Após rápida passagem pelo Atlético Mineiro, pôs ordem na casa em outras grandes equipes do país. As principais foram as do Palmeiras, de São Paulo, e do Internacional, de Porto Alegre. Entretanto, seu olhar e certamente seu coração, sempre voltados ao Corinthians.

Mas a hora não tardou a chegar. Ele pegou o time em meados de 2010, com o Campeonato Brasileiro em andamento e a ameaça de rebaixamento de novo rondando. Com dez vitórias seguidas, porém, ele deu a volta

por cima e chegou ao 3º lugar, garantindo uma vaga na Libertadores da América do ano seguinte.

No recesso de fim de ano, pra variar, o Corinthians vendeu seus principais jogadores a times europeus e ele teve que recomeçar o trabalho. Mas deu tudo certo. Venceu o Brasileirão daquele ano e a Libertadores do período seguinte, pela primeira vez na história do time. Faltava então o Campeonato Mundial de Clubes, que o Coringão também ganhou, outro feito inédito.

O ano de 2013, contudo, não foi lá essas coisas. Começou com um jogo contra o San José, na Bolívia, onde houve confusão em que morreu um menino boliviano atingido por fogos. Severo crítico da violência em estádios, ele lamentou publicamente:

- Esporte é outra coisa. Estamos muito sentidos. Trocaria meu título mundial pela vida do menino. Eu trocaria!

Ao final do ano, o Corinthians não renovou seu contrato. Ele ficou quieto e foi pra casa "cuidar da família", como dizia. Seu pai e grande incentivador havia morrido e a mãe, dona Ivone, passada dos 80, era orgulhosa pelo sucesso do filho, mas o queria por perto.

Lá atrás, aos 22 anos, quando foi pra Campinas, Tite já havia se casado com Rosmari, que tinha 18 e é sua companheira até hoje, pra o que der e vier. E tinha um casal de filhos, hoje adultos. Em Caxias, andava solto e descontraído, mas aproveitou o ano pra viajar pelo mundo, obser-

vando e estudando futebol.

Após o estonteante fiasco da Copa do Mundo do Brasil, com direito ao 7 a 1 pra Alemanha, muito se falava de sua provável ida pro comando da seleção canarinha, mas nada. A CBF, sem explicações, escalou Dunga, e o Tite foi chamado a reassumir o Corinthians, que estava desfalcado de jogadores com alguma experiência.

O ano começou difícil, mas o alvinegro das multidões foi campeão do Brasileirão com três rodadas de antecedência. Era ele de volta.

E a seleção, sob o comando de Dunga, ia se encaminhando à desclassificação, com jeito de que o País iria ficar pela primeira vez fora de uma Copa do Mundo, desde a primeira, em 1930.

Mas, a CBF atendeu ao clamor popular, ecoado na mídia, e finalmente chamou Tite pro cargo. Logo nos primeiros jogos, ele reverteu a situação e colocou a equipe no topo da lista.

É bem verdade que tem muita gente preocupada com o excesso de loas que dedicamos a ele. O craque Tostão, por exemplo, escreveu em suas colunas de jornal e Internet:

- "Gosto muito do Tite, mas esse endeusamento é perigoso".

Tomara que o nosso querido Tostão esteja errado.



Jaime Sautchuk
Jornalista, Escritor





PLANO METROPOLITANO: INOVAÇÃO NO ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA NO TRÂNSITO

Antenor Pinheiro

O governo de Goiás e a Universidade Federal de Goiás (UFG) acertaram parceria inédita e juntos começaram a elaborar um plano de gestão integrada para desenvolver a Região Metropolitana de Goiânia, fundamentado no reordenamento territorial com foco nas políticas públicas de interesse comum aos municípios, como preceitua o Plano de Trabalho proposto.

Um dos pontos altos da boa

iniciativa está sendo tratado na área de mobilidade urbana, que contará com estudos sobre a mortalidade no trânsito da região, fato que garantirá as bases científicas para se enfrentar o grave problema com foco no planejamento urbano.

Quanto à urgência da questão, não se discute. Em seu "Relatório Global sobre a Situação da Segurança Viária" (2010), a Organização das Nações Unidas

(ONU) analisou a realidade de 183 países e concluiu que o trânsito mata no planeta 1,3 milhões de pessoas/ano.

O Brasil se destaca nesse cenário com 42.844 mortes (2010), o que representa 3,2% do total, grave quadro epidêmico que coloca o país como o quarto mais violento em números absolutos. Na escala estadual, Goiás experimenta idênticos severos números de 1.939 mortes (2010), o que

corresponde a 4,6% do total brasileiro. Na Região Metropolitana de Goiânia (RMG), composta de 20 municípios, o quadro não difere na severidade.

Foram 717 mortes em 2010, o que representava 36,9% dos números de todo o estado de Goiás. A meta mundial prescrita pela ONU é reduzir em 50% o número de mortes nos sistemas de circulação viária urbanos e rurais em suas distintas escalas.

Mas o que observamos na segunda metade da DMSV no Brasil, não obstante a favorável legislação vigente, é a desarticulação institucional e a rara cientificidade conferida no tratamento do tema – realidade que corrobora a evolução desses índices nacionais para 44.823 mortes em 2014. O mesmo experimenta o estado de Goiás com 2.123 e a RMG com 966 mortes em 2014 (números fechados/DATASUS, MS, 2016).

Essa constatação confirma que a ação governamental nas três esferas de governo se afasta das metas da DMSV e, portanto, nos desafia a conhecer novas tecnologias e conceitos para o enfrentamento do problema, mais abrangentes e articulados, agora sob a égide do planejamento urbano, afinal as manchas de ocorrências de mortalidade no trânsito concentram-se no predominante uso do modal motorizado que circula nos sistemas viários das regiões metropolitanas brasileiras, como é o caso da RMG.

O incremento da frota de veículos e as demandas geradas em sua função estão associados a esse quadro adverso. No entanto, a ela crescem outras de ordem ambiental (poluição e temperatura), fator que agrava o problema.

Entre os anos de 2010 e 2014 o país saltou de 63,3 milhões para 84,6 milhões de veículos motorizados – aumento de 33% em

quatro anos, repercutidos na mesma proporção nas escalas estadual e metropolitana, o que enseja especial atenção.

TRÂNSITO E MOBILIDADE

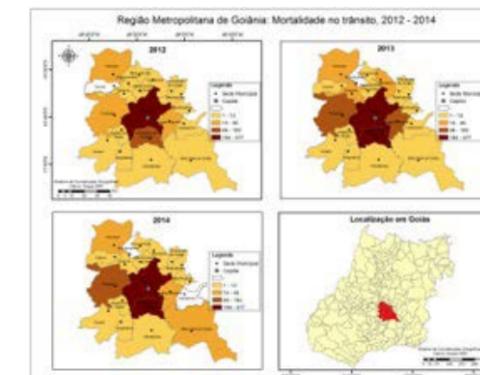
Tradicionalmente, as políticas públicas de trânsito tendem a reduzir o problema como uma questão envolvendo "máquina-homem-meio" submetidos à tríade "educação-engenharia-fiscalização", sempre de forma divorciada de outros fatores.

Entretanto, experiências bem-sucedidas em ambientes metropolitanos de outros países sugerem que a questão é multidisciplinar e requer o emprego de enfoque científico (análise racional e ações práticas adequadas) no enfrentamento do problema (Ferraz, Raia Jr, Bezerra, Bastos e Rodrigues, 2012).

Esse caminho tem mostrado que os eventos de trânsito são previsíveis e evitáveis na medida em que a gestão das cidades inove nas intervenções urbanas e supere o paradigma da fluidez veicular como produto final. A legislação brasileira acolhe e impõe esse critério decisório das políticas públicas quando determina diretrizes objetivas nesse sentido.

Não será por intervenções pontuais no sistema viário que a curva da violência no trânsito mudará seu curso ascendente, mas com a aplicação de instrumentos de planejamento urbano articulados com outros setores do pensamento socioespacial metropolitano, tais como sociologia, arquitetura, urbanismo, geografia, psicologia, filosofia e outros.

Também merecerá um olhar diferente a própria configuração jurídica que rege a gestão da Rede Metropolitana de Transporte Coletivo (RMTC). A ela deve



ser incorporada a gestão da circulação viária como política pública de interesse comum metropolitano. Esta fusão possibilitará integração e sincronia no planejamento e operação do sistema transporte-trânsito, o que racionalizará a política de investimentos, manutenção e custos.

A identificação da impedância dos fluxos viários, origem e destino, polos geradores de viagens e as capacidades atuais do sistema viário certamente apontarão para o redimensionamento do ordenamento territorial da RMG. Isso implicará melhorias dos serviços urbanos em suas diversas dimensões no curto, médio e longo prazos, o que certamente refletirá de forma positiva no aumento da qualidade dos sistemas de mobilidade, em especial do transporte coletivo na percepção do usuário (Lerner, 2016).

Articulados esses fatores no planejamento, na formulação e execução das políticas públicas, certamente a gestão da segurança viária estará racionalizada, reunindo assim melhores possibilidades de êxito nos esforços para a redução da mortalidade no trânsito da RMG e, conseqüentemente, no Brasil. Bela iniciativa!



Antenor Pinheiro

Jornalista, membro da Associação Nacional de Transportes Públicos/ANTP

CONVIVIALIDADE: UMA VIRTUDE QUE NOS FALTA

A convivialidade como conceito foi posta em circulação por Ivan Illich (1926-2002), um dos grandes pensadores proféticos do século XX. [Illich] Tornou-se famoso por questionar o paradigma da medicina e da escola convencional. Por meio da convivialidade, tentou responder a duas crises: a do processo industrialista e a da ecologia.

O que se entende por convivialidade? Por convivialidade (não consta do dicionário Aurélio) se entende: a capacidade de fazer conviver as dimensões de produção e de cuidado; de efetividade e de compaixão; de modelagem dos produtos e de criatividade; de liberdade e de fantasia; de equilíbrio multidimensional e de complexidade social. Tudo para refor-

çar o sentido de [pertencimento] do ser humano dentro da natureza, da sociedade e do universo.

O valor técnico da produção material deve caminhar junto com o valor ético da produção social e espiritual (...). Os valores humanos do amor, da sensibilidade, do cuidado, da comensalidade e da veneração podem impor limites à voracidade do poder-dominância e à exploração-produção-acumulação (...).

A convivialidade também pretende ser uma resposta adequada à crise ecológica, produzida pelo processo industrialista dos últimos séculos (...). Alguns têm aventado a hipótese de uma catástrofe de dimensões apocalípticas. Isso é possível, mas não fatal. Importa deixar em aberto a

chance de um uso convivial dos instrumentos tecnológicos a serviço da preservação da vida, do bem-viver da humanidade e da salvação de nossa civilização.

Esse novo patamar provavelmente conhecerá uma sexta-feira santa sinistra, que precipitará no abismo a ditadura do modo-de-ser-trabalho-produção material para permitir um domingo de ressurreição: a reconstrução da sociedade mundial sobre a base do cuidado, da responsabilidade coletiva e da real sustentabilidade.



Leonardo Boff,
em *Sustentabilidade: O que é o eu não é*. Editora Vozes, 2012.



Verdades da profissão de professor

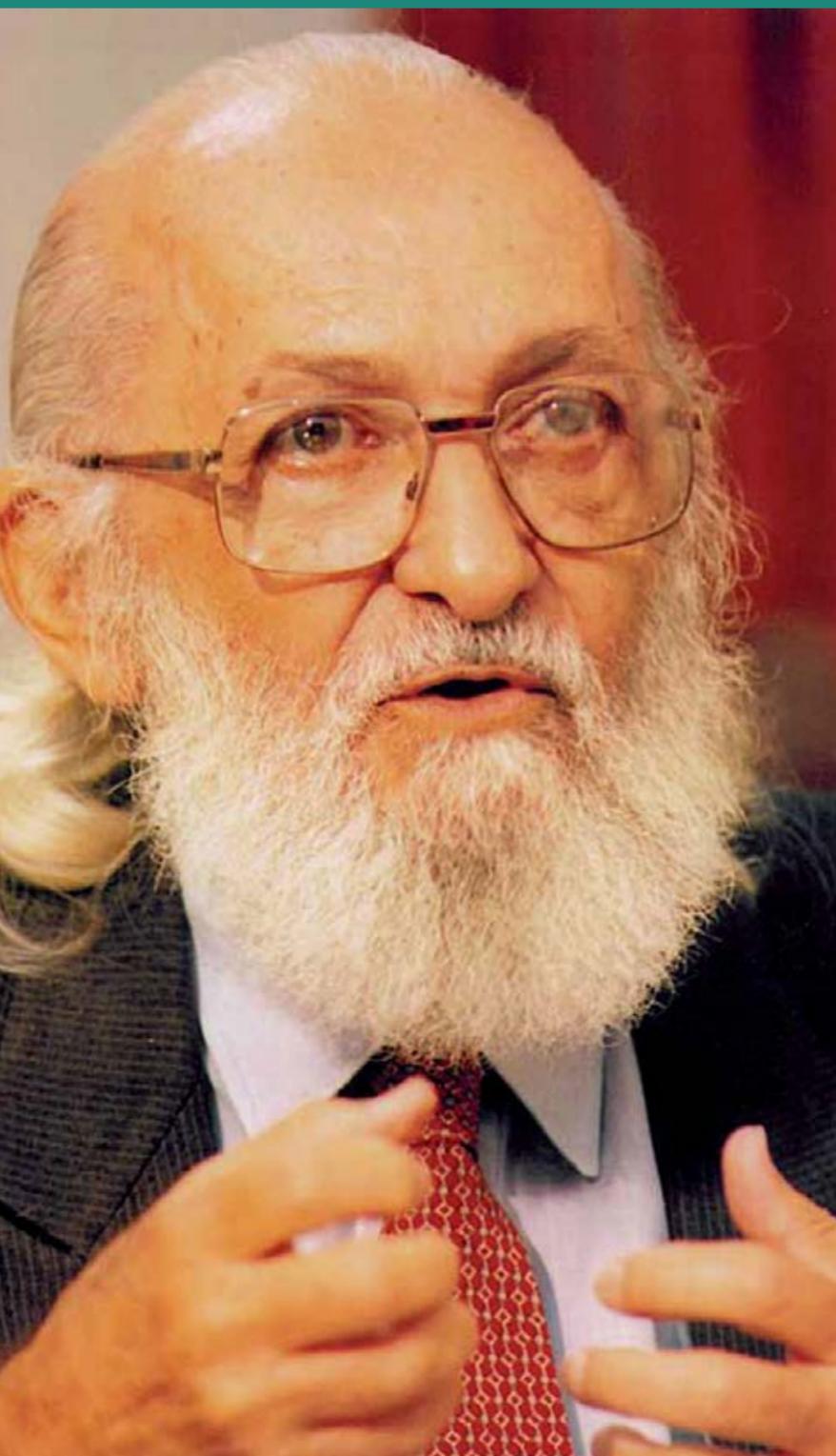


Foto: Acervo PauloFreire.org

Paulo Freire

Ninguém nega o valor da educação e que um bom professor é imprescindível. Mas, ainda que desejem bons professores para seus filhos, poucos pais desejam que seus filhos sejam professores. Isso nos mostra o reconhecimento que o trabalho de educar é duro, difícil e necessário, mas que permitimos que esses profissionais continuem sendo desvalorizados. Apesar de mal remunerados, com baixo prestígio social e responsabilizados pelo fracasso da educação, grande parte resiste e continua apaixonada pelo seu trabalho.

A data é um convite para que todos, pais, alunos, sociedade, repensem nossos papéis e nossas atitudes, pois com elas demonstramos o compromisso com a educação que queremos. Aos professores, fica o convite para que não descuidem de sua missão de educar, nem desanimem diante dos desafios, nem deixem de educar as pessoas para serem “águias” e não apenas “galinhas”. Pois, se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela, tampouco, a sociedade muda.

PAULO FREIRE

Patrono da Educação Brasileira
(Recife, 19-09-1921 - São Paulo, 02-05-1997)



Preservação das áreas de proteção ambiental

A Terracap coloca esse patrimônio em suas mãos

Muito mais do que três poderes, Brasília também tem o poder de PROTEGER suas nascentes. O desenvolvimento planejado preserva as áreas de proteção ambiental e afasta graves ameaças como o assoreamento de córregos e a diminuição das matas ciliares. A Terracap promove a venda de terras regularizadas como a forma mais eficaz de garantir a sustentabilidade, respeitar o meio ambiente e defender esse patrimônio inestimável, que é de todos nós.

www.terracap.df.gov.br

AO VIVO

**TODAS AS SEXTAS,
ÀS 14H30, NA TV COMUNITÁRIA, CANAL 12 DA NET.**



AS EDIÇÕES SÃO REPRISADAS NOS SEGUINTE DIAS E HORÁRIOS

SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
13H	23H	13H	18H	22H30	12H	16H30

Assista também no portal bancariosdf.com.br e no [facebook/bancariosdf](https://www.facebook.com/bancariosdf)